



Plano de Atividades e Orçamento 2025





Índice

I. Mensagem da Bastonária	5
II. Enquadramento jurídico	7
III. Missão, visão e valores	8
IV. Ética, transparência e responsabilidade	9
V. Princípio da qualidade	10
VI. Análise SWOT	11
VII. Dinamização das representações	12
VIII. Órgãos sociais para o quadriénio 2025-2028	13
IX. Estrutura interna	17
X. Vetores estratégicos	18
XI. Atividades e projetos para 2025	20
XII. Orçamento participativo	38
XIII. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2025	39
XIV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2025	61



I. Mensagem da Bastonária

*Unir é um bom começo,
manter a união é um
progresso, e trabalhar em
conjunto é a vitória.*

Henry Ford

Em 2018, quando assumimos os cargos dos órgãos sociais da Ordem dos Contabilistas Certificados, tínhamos uma visão para a profissão. Queríamos construir uma profissão com mais interesse público, reforçado valor acrescentado, mais união, mais orgulho em si, mais reputação e que melhores condições desse aos contabilistas certificados.

De forma persistente, humilde, positiva, altruísta, independente e estratégica, eu e a equipa que tenho o orgulho de liderar nos últimos anos, conseguimos mobilizar uma classe profissional. Unidos, em torno de uma causa em comum, conseguimos ultrapassar tremendos obstáculos, como uma revolução digital, uma pandemia, uma crise inflacionária e um voraz ataque aos nossos atos próprios para construirmos uma profissão que há seis anos idealizamos

Hoje, temos as férias fiscais, o regime do justo impedimento, atos próprios e regulação profissional reforçada, quotas com valores reduzidos para os colegas em início e no fim da profissão, mecanismos de apoio social, formação anual tendencialmente gratuita com a participação de um milhão e meio de profissionais, novos percursos de acesso à profissão, contas saudáveis, eventos sociais, projetos de literacia financeira, reuniões livres em 45 cidades, que se realizam de Sernancelhe a Moura, de Valença a Portimão, representações em todas as capitais de distrito, os já tradicionais Encontros, festa de natal e dia do contabilista, guias práticos, CCclix, TOConline, melhores serviços, incontáveis alterações legislativas e despachos que apoiam a profissão e a economia, participação internacional ímpar, revistas científicas, conferências, simuladores e muitas mais medidas e projetos que ao longo dos últimos anos implementámos sempre com um único objetivo, o de reforçar o interesse público da nossa profissão.

Por tudo isso, temos hoje uma Ordem presente na vida dos membros e disponível para os apoiar profissional, técnica, pessoal e socialmente. Uma Ordem transparente, rigorosa e saudável financeiramente. Uma Ordem com uma maior notoriedade social e política. Uma Ordem que trabalha na defesa dos direitos e interesses dos membros para garantir e reforçar o interesse público.

Como todos sabemos, o legislador, promoveu profundas alterações à lei quadro das associações públicas profissionais e consequentes alterações aos Estatutos das Ordens. Estas alterações visaram, entre outras, estabelecer novas regras para o estágio e o acesso à profissão, a criação de novos órgãos sociais, a constituição livre de sociedades multidisciplinares e a reavaliação das atividades reservadas aos profissionais. A Ordem dos Contabilistas Certificados viu sempre as alterações como globalmente positivas como o reforço do interesse público da profissão. Com a força e apoio de todos foi possível não só manter as competên-



cias próprias do contabilista certificado, mas também, reforçar algumas matérias e direitos da nossa profissão melhorando a sua regulação, criando uma maior articulação com a Autoridade Tributária na nomeação do contabilista certificado, melhorando o normativo do justo impedimento, consagrando a obrigação de cumprimento da formação e contratação de seguro profissional como requisitos para o exercício da profissão, atribuindo expressamente à Ordem a competência para disponibilizar ferramentas profissionais aos contabilistas, entre outros.

Em resultado das alterações estatutárias, teve lugar um ato eleitoral que mobilizou toda a classe e sublinhou o apoio dos membros para comigo e a minha equipa. Neste ato eleitoral, contra as minhas melhores expectativas, 18.258 contabilistas certificados apresentaram-se a votar, tendo eleito a Lista A com 97% dos votos. Sendo lista única, pensei que o ato eleitoral tivesse menos participação, mas não, muito pelo contrário, uma vez mais, os contabilistas certificados responderam à sua Ordem e à sua profissão e disseram presente, mostrando o dinamismo, a força e a vitalidade da nossa profissão.

Vamos entrar assim em 2025, cheios de ambição, motivação, energia e apoio para atuarmos em três eixos de ação fundamentais: – Combater o envelhecimento e retenção na profissão e aproveitar o grande número de candidatos a novos membros; – Promover o desenvolvimento e contínuo crescimento da profissão; - Adotar novos mecanismos de regulação.

Quero garantir-vos que na Ordem dos Contabilistas Certificados encontrarão sempre uma instituição isenta, imparcial, rigorosa e ética, focada apenas no interesse público da profissão e no desenvolvimento económico, ambiental e social do nosso país. Estaremos sempre disponíveis para trabalhar e cooperar nos mais diversos dossiês. Na Ordem, vão sempre encontrar uma porta aberta e nos contabilistas um conjunto de pessoas altamente qualificadas, competentes e motivadas para contribuir para que o nosso país se desenvolva e seja mais solidário.

Nos últimos anos construímos um enorme legado. Ultrapassamos desafios. Encontramos soluções. Desenvolvemos ferramentas. Criamos valor. Reforçamos o interesse público da profissão. Nos últimos anos, elevámos o patamar da nossa profissão. Os próximos anos serão anos de afirmação e de superação.

Como contabilistas, somos e seremos, ainda com maior importância, um referencial de profissionalismo, rigor e ética nos serviços que prestamos aos nossos clientes e na relação com as entidades públicas.

Paula Franco, bastonária

II. Enquadramento jurídico



A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, pela Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, pela Lei n.º 24 - D/2022, de 30 de dezembro, e mais recentemente pela Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, ascendem, à presente data, a 67 432 membros com a inscrição ativa, dos quais 37 342 são mulheres e 30 090 homens, contando ainda com mais 2 020 membros com a inscrição suspensa, totalizando 69 285 membros.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), pela Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, alterada pela Lei n.º 53/2015, de 11 de junho e mais recentemente pela Lei n.º 12/2023, de 28 de março, pelos regulamentos da Ordem, pelo Código do Procedimento Administrativo, pelos princípios gerais de direito administrativo, pelas regras estabelecidas para a sua organização e, ainda, pelas normas e pelos princípios que regem as associações de direito privado.

A instituição tem sede na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 45, Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

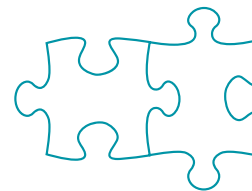
A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos seus órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispondo de um quadro de competência que pretendem o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: Assembleia representativa; Assembleia geral eleitoral; Bastonário; Conselho diretivo; Conselho de supervisão; Conselho jurisdicional; Conselho fiscal; Provedor dos destinatários dos serviços; e os Colégios de especialidade, quando existam.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo "elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.". Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para tal, apresenta o Conselho Diretivo o Plano de Atividades e Orçamento para 2025 (PAO 2025).

O plano de atividades é o documento que reflete o pensamento sobre o que será a ação num ciclo anual e representa para o Conselho Diretivo um compromisso perante todos os membros da Ordem e demais interessados na profissão de contabilista.



III. Missão, visão e valores



MISSÃO

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

VISÃO

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

VALORES

Competência | Confiança | Excelência | Integridade
Lealdade | Rigor | Sustentabilidade | Transparência.

IV. Ética, transparência e responsabilidade

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, não podendo, em momento algum, violar tais normativos, devendo sempre ser um exemplo mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, nunca podendo esquecer, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e subsidiariamente, para com a sociedade civil.





V. Princípio da qualidade

A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e na intrínseca interligação entre colaboradores, membros e órgãos sociais, tendo sempre por base uma comunicação, gestão e definição estratégica transparentes e honestas.



VI. Análise SWOT*

S	W
O	T

<p style="text-align: center;">FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência técnica • Processo célere de resposta aos membros • Capacidade formativa e disponibilização de inovadores modelos formativos • Apoio e proximidade aos membros • Representações em todas as capitais de distrito • Preocupação social com os membros • Reconhecimento político e social • União da profissão 	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento ético e deontológico entre os membros • Falta de profissionais especializados • Processos e procedimentos não desmaterializados • Falta de contabilistas especialistas • Incerteza e alterações legislativas
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transformação digital • Contabilidade pública (SNC-AP) • A sustentabilidade empresarial • Novo estatuto da OCC • Reforço da regulamentação profissional • Aumento do número de novos membros 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade política e legislativa • Crise social mundial • Política concorrencial dos membros • Ataques informáticos e sistemas informáticos • Pirâmide demográfica invertida

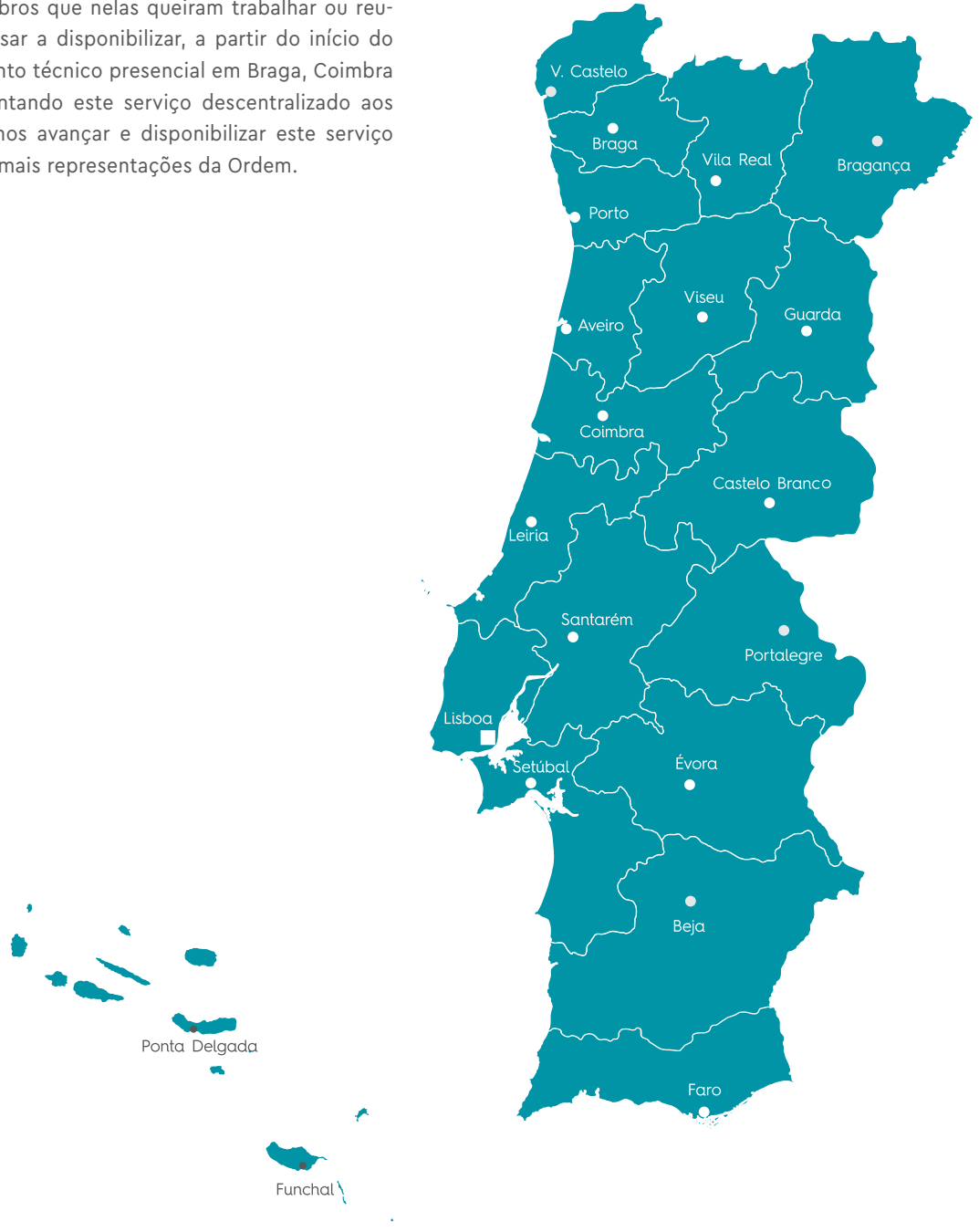
*Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)



VII. Dinamização das representações



Em 2025, iremos inovar novamente. Vamos ter representações atualizadas em todas as capitais de distrito do nosso país, mantendo a sua disponibilização gratuita a todos os membros que nelas queiram trabalhar ou reunir, vamos passar a disponibilizar, a partir do início do ano, atendimento técnico presencial em Braga, Coimbra e Leiria. Cimentando este serviço descentralizado aos membros, iremos avançar e disponibilizar este serviço presencial em mais representações da Ordem.



VIII. Órgãos Sociais do quadriénio 2025–2028



BASTONÁRIO

Bastonária	Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco
-------------------	---

CONSELHO DIRETIVO

Vice-presidente	Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa
1.º vogal	Ana Cristina Pena Silva
2.º vogal	Manuel Madeira Teixeira
3.º vogal	Álvaro Jorge da Silva Costa
4.º vogal	Maria Clara Roque de Jesus Oliveira
5.º vogal	Pedro Nuno Mendes Ferreira

PROVEDOR

Provedora	Joana Catarina Barata Reis Lopes
------------------	----------------------------------

CONSELHO DE SUPERVISÃO

Presidente	Mónica Mira D'Andrade
1.º vogal CC	Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano
2.º vogal CC	Ângela Maria Rocha e Silva
1.º vogal não CC	Abílio José da Costa Sousa
2.º vogal não CC	Clotilde Paulina da Silva Celorico Palma



CONSELHO JURISDICIONAL

Presidente	Eugénio Lourenço da Silva Faca
1.º vogal CC	Rita Gonçalves Cordeiro
2.º vogal CC	Bruna Catarina Pinto Araújo
1.º vogal não CC	Gonçalo André Mendes
2.º vogal não CC	Paula Cristina Mateus Barata

CONSELHO FISCAL

Presidente	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes
Vogal	Raquel Vandra da Mota Pinto
ROC	José António Marques Pereira

MESA DA ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Presidente	Carlos José Castro Alexandre
Vice-presidente	Aníbal José de Sousa
1.º secretário	Isabel Margarida de Faria Alves
2.º secretário	Rita das Neves Marques

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Círculo dos Açores

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro
Isabel Maria Borges Freitas

Círculo de Aveiro

João Luís Morcela Rodrigues dos Reis
Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela
Pedro Nuno Bastos Lima
Susana Maria da Costa Neves
Edite Laura Mota de Barros Pereira
Ricardo Daniel da Silva Melo

Círculo Eleitoral de Beja

Luís Miguel de Carvalho Medeiros
Maria Ana Mourão Sargento

Círculo Eleitoral de Braga

José Soares Roriz
Anabela de Jesus Meireles Teixeira Guimarães
Manuel Cruz Gonçalves
Ana Paula Coelho Duarte
Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira
Osvaldo Carlos de Sousa Neves

Círculo Eleitoral de Bragança

Aníbal José de Sousa
Maria João Gonçalves Rodrigues

Círculo Eleitoral de Castelo Branco

António Mendes Pinto
Maria Helena Fernandes Lopes

Círculo Eleitoral de Coimbra

Sílvio Carvalho Vilão
Cristina Sofia Batanete Frade Freire
Álvaro Jorge Estevão Simões Lopes

Círculo Eleitoral de Évora

António Manuel dos Santos Nabo
Ana Margarida Mochila Melro Barreto

Círculo Eleitoral de Faro

José Alberto de Brito Pereira
Lizabete Maria Correia de Sousa Sequeira
Carlos Manuel Pera Nunes

Círculo Eleitoral da Guarda

Rosa Maria da Silva Dias
Amâncio Fernandes Antunes

Círculo Eleitoral de Leiria

António Cerejo Moreira Caseiro
Rita das Neves Marques
Leonel Mendes Francisco
Sofia Mónica Bernardes Sabino

Círculo Eleitoral de Lisboa

Carlos José Castro Alexandre
Ana Filipa Coelho Xavier de Basto
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Dulce Cristina Ribeiro Pereira
Rui Manuel Machado Ferreira
Lídia Isabel Ferreira Vieira
António de Jesus Nunes
Mónica Sofia Duarte Marçal
Daniel Pedro de Matos Albuquerque
Laura Maria de Oliveira Santos de Vergueiro Lopes
Maria Paula Nunes Passos Pinto de Magalhães Mendes
César Henrique Duarte Brito
Maria Diotilde Jesus Mateus Videira de Araújo
Flávia Margarida Oliveira dos Santos
Nelson Alexandre Ferreira
Ana Paula de Assunção de Matos Borlido Martins
Renata Filipa Faustino Garcia
Christophe Miguel Primor Pedreira

Círculo Eleitoral da Madeira

João Manuel dos Ramos
Ana Margarida Brazão Escórcio

Círculo Eleitoral de Portalegre

Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo
Nuno Miguel da Costa Tavares



Círculo Eleitoral do Porto

Bruno Alexandre da Rocha Silva
Isabel Margarida de Faria Alves
Mário Paulo Batista Cabêda
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
António Jorge Gomes de Azevedo
Júlia Paula da Silva Jardim Martins
Rui Marcelo Lima de Oliveira Santos
Sara Manuela Miranda Pinto Cruz
Armando Jorge de Barros e Silva Machado
Patrícia Daniela Rodrigues Dias Esteves
Ricardo João Lopes Matias
Isabel Vieira Gonçalves Fernandes
João Manuel Marques Lucas

Círculo Eleitoral de Santarém

Manuel Joaquim Borralho Ramalho
Ana Margarida Rodrigues Silvestre
Stéphane José Silvério Carreira Rodrigues

Círculo Eleitoral de Setúbal

Carlos Augusto Cordeiro de Sousa
Ana Margarida Ferreira Traquino
João Pedro Silva Guerreiro Estaço
Elina Alexandra Sabina Costa Pereira
Ricardo Jorge Silva Soares
Sílvia Maria da Silva Moço Loureiro

Círculo Eleitoral de Viana do Castelo

Secundino Manuel Miranda Cantinho

Círculo Eleitoral de Vila Real

Maria João Pinto Borges
Carlos Alberto Gonçalves dos Santos

Círculo Eleitoral de Viseu

Maria de Lurdes Rebelo Marques
João Carlos Simões Figueiral

IX. Estrutura interna

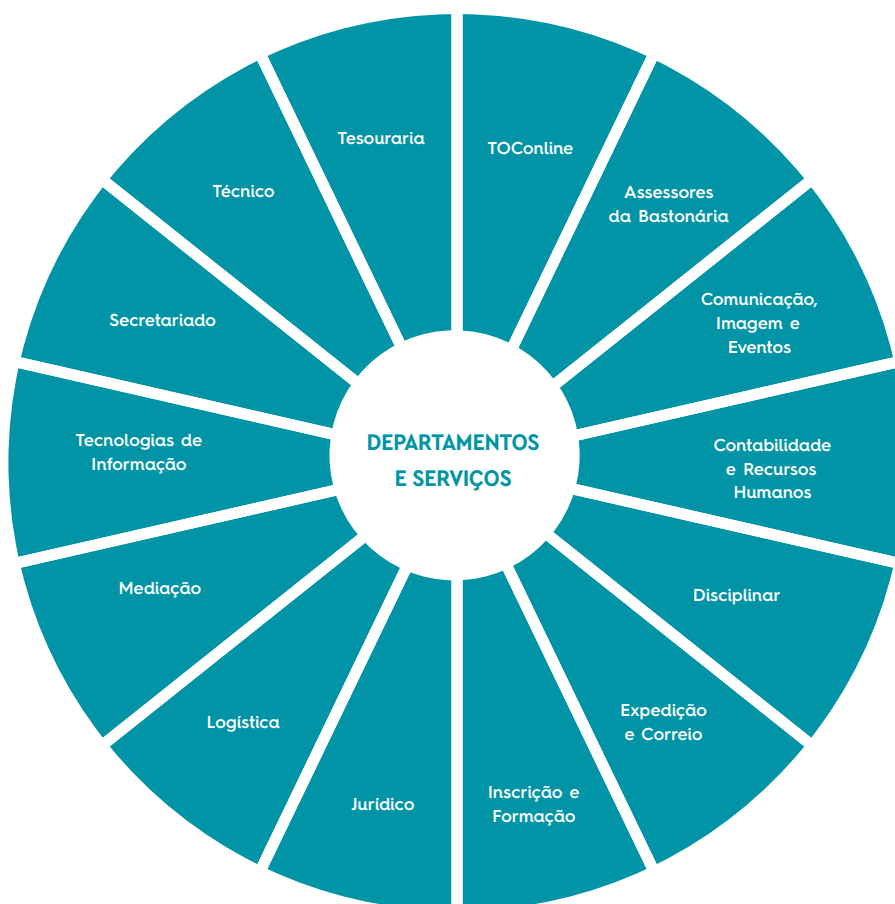
Competência, responsabilidade, capacidade de resposta, altruísmo e agilidade, são estas as características comuns a todos os colaboradores da Ordem por forma a que os vários serviços e departamentos consigam, nas mais variadas áreas, responder a todas as necessidades dos contabilistas certificados e demais interessados.



Neste sentido, como é nosso apanágio, continuaremos atentos, identificando necessidades e agindo prontamente no sentido de reforçar os pontos ou áreas de apoio aos membros que carecem de reforço.

Apesar das dificuldades anunciadas pela generalidade das entidades públicas e privadas, em contratar profissionais qualificados e especializados, temos verificado, com extremo agrado, que nos processos de recrutamento e seleção de quadros, temos recebido candidaturas de fantásticos e extremamente qualificados candidatos. O bom recrutamento que temos feito, tem vindo a potenciar os recursos humanos da Ordem e permitirá que sempre que necessário, consigamos procurar e contratar com critério e qualidade.

Ao presente momento, a estrutura interna da Ordem é constituída por 171 colaboradores, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si.



X. Vetores estratégicos

I) Combater o envelhecimento e retenção na profissão e aproveitar o grande número de candidatos e novos membros



No mundo ocidental, deparamo-nos hoje com o problema da pirâmide demográfica invertida e a desconstrução dos tradicionais modelos de trabalho, que agonizaram o problema da atração e retenção de talento para os setores dos serviços. Os setores da contabilidade, auditoria e fiscalidade não são exceção e hoje, a atração e a retenção de jovens qualificados e motivados nestas áreas são um sério problema.

As novas regras de acesso à profissão permitiram que jovens com elevada qualidade académica e profissional procurassem integrar a nossa profissão. A atração sentida, o elevado número de candidatos e o já elevado número de novos membros registados, mostram que a profissão é muito relevante e tida em consideração, como uma opção muito válida de carreira profissional junto dos mais jovens.

Ser contabilista é e continuará a ser aliciante não só do ponto de vista da atividade profissional e da mutação tecnológica em curso mas também na perspectiva de remuneração, especialização, interesse público, reconhecimento e valor acrescentado do trabalho de contabilista certificado.

Numa economia que não funciona sem contabilistas certificados porque onde há empresas, há contabilistas, é fundamental elevar a nossa profissão. Se o fizermos, estaremos a ajudar também os empresários a crescer e vingar com os seus projetos e sonhos. É importante salientar que os contabilistas certificados são os únicos profissionais que escrevem todos os dias a história das empresas e a qualidade desta história é fundamental para o desenvolvimento da economia e do país.

Assim, temos hoje um problema com resolução já à vista pois, o envelhecimento da classe é combatido com o aumento da atração da profissão que, por sua vez, fará com que mais jovens mostrem interesse em ser contabilistas certificados e assim, ano após ano, teremos uma tranquila transição e rejuvenescimento da classe.

II) Promover o desenvolvimento e contínuo reconhecimento da profissão

Mais do que nunca, a sociedade pretende ter informações rápidas, completas, transversais znas mais áreas de ação. A responsabilidade ambiental, de governança e social das empresas são fundamentais para a sociedade e só prestando a informação exigida, indo ao encontro das expectativas e exigências dos consumidores, conseguiremos desenvolver a nossa profissão e reforçar o interesse público da nossa profissão.

Como conhecedores do nosso tecido empresarial, iremos trabalhar no sentido de que os normativos se adequem e melhor satisfaçam as necessidades de empresários, contabilistas certificados e sociedade civil pois, um normativo, por si só, não resolve os problemas práticos e reais existentes na nossa sociedade.

Iremos também estar sempre ao lado dos membros, elaborando e disponibilizando, os melhores programas de formação e orientação profissional, por forma a que sejam os contabilistas certificados que estejam sempre ao lado das empresas e da sociedade civil, como os profissionais mais relevantes das áreas económicas.

III) Adotar novos mecanismos de regulação

Queremos promover uma profissão com maior interesse público e que acrescente mais valor à sociedade civil. Nesse sentido e dotados de melhores ferramentas regulatórias, na sequência das alterações ao Estatuto da Ordem, iremos implementar renovados mecanismos de regulação. Mais concretamente, ferramentas de certificação e planos de formação personalizada e em ambiente de trabalho dedicados às boas práticas profissionais, para dotar todos os contabilistas certificados dos conhecimentos, práticas e dicas que permitam aos profissionais crescer para o patamar de excelência.

Iremos também promover um maior controlo no cumprimento dos deveres éticos e deontológicos por parte dos contabilistas certificados, por forma a garantir que apenas exercem a profissão os contabilistas certificados que cumpram rigorosa e escrupulosamente os princípios de uma profissão de interesse público. Para tal, atualizaremos as regras e os regulamentos necessários, tornando os procedimentos exequíveis, ágeis, céleres, pedagógicos, primordialmente não sancionatório, sempre transparentes, rigorosos, imparciais e independentes.

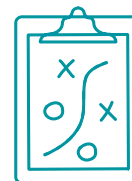
Atuaremos de forma preventiva, informando, conscientizando e alertando para eventuais incumprimentos, por forma a que todos os membros não violem o Estatuto e as suas regras de forma consciente. Assim, todos os membros, antes de qualquer sanção, terão sempre na Ordem, uma entidade que os apoiará e ajudará a resolver a sua situação antes de qualquer sancionamento.

XI. Atividades e projetos para 2025

A) A Ordem dos Contabilistas Certificados

Ações previstas:

- Elaboração, apresentação e discussão do regulamento da certificação de qualidade e demais regulamentos que ainda careçam de existir atendendo ao novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Continuar o trabalho de elevação do estatuto social da profissão, atendendo aos conhecimentos técnicos e importância da intervenção na economia e no funcionamento da sociedade, justifica ser o mais elevado junto da sociedade civil em geral;
- Finalizar e disponibilizar o Livro da Contabilidade, uma obra, com vários capítulos que detalha e apresenta tudo o que os contabilistas certificados e demais interessados precisam de saber sobre a contabilidade;
- Alienar o imóvel da Av. Gago Coutinho de Lisboa, alocando a receita nos investimentos necessários à expansão dos serviços prestados aos membros;
- Reformulação dos novos sistemas informáticos da Ordem, processo que aposta no reforço da segurança dos dados, velocidade dos acessos e agilização dos procedimentos internos e externos da instituição;
- Manter a defesa intransigente do dever de sigilo profissional, reforçando a formação profissional contínua e defendendo os membros sempre que o sigilo esteja em causa;
- Renovar o "merchandising OCC", utilizando-o como veículo de promoção da profissão e união da classe;
- Disponibilizar a biblioteca da OCC online para que os membros e investigadores possam ter acesso ao espólio bibliográfico;
- Manter a disponibilização gratuita aos membros de espaços de trabalho e salas de reuniões em todas as representações da Ordem;
- Reforçar a promoção de ações tendentes ao contínuo desenvolvimento de ferramentas de software de contabilidade, garantindo que as ferramentas informáticas de todos os contabilistas certificados respondem às mais atuais necessidades legislativas e profissionais;
- Continuar a desenvolver e implementar programas que promovam a atração e retenção de jovens novos talentos para a profissão;



- Garantir que os novos membros se mantêm na profissão e trabalham no sentido da dignificação de toda a classe;
- Manter o processo em vigor tendente ao rejuvenescimento tranquilo da classe;
- O TOConline é uma ferramenta *online* da Ordem dos Contabilistas Certificados que dignifica o trabalho em colaboração e a partilha de informação entre o empresário, os colaboradores da empresa e o contabilista. Um dos mais completos *softwares* de gestão online, que centraliza toda a informação da empresa através de uma ferramenta de utilização simplificada, acessível em qualquer local através da internet. Atualmente com seis módulos: – Gestão de ativos; – Salários; – Contabilidade; – Compras; – Gestão de *stocks*; e – Faturação, o TOConline é uma ferramenta que promove por melhores condições para o exercício da profissão de contabilista certificado. Nesse sentido, em 2025, pretendemos:
 - Disponibilização de novos módulos e melhoria dos existentes, nomeadamente os módulos dos ativos, *stocks* e gestão de gabinetes;
 - Manter a oferta de uma formação inicial a todos os novos utilizadores contabilistas certificados;
 - Melhorar o manual de todos os módulos de modo a responder às necessidades de manuseamento dos utilizadores;
 - Manter a formação em ambiente de trabalho TOConline, ajudando na implementação do *software*;
 - Criação de modelos preditivos que apoiem a consultoria dos contabilistas certificados;
 - Melhorar as potencialidades de *openbanking*;
 - Melhorar o atendimento técnico escrito, telefónico e presencial.

B) O profissional e a profissão

Ações previstas:

- Promoção por justos valores dos honorários cobrados pelos contabilistas certificados;
- Trabalhar para alteração da convenção coletiva de trabalho para aumento significativo da remuneração dos CC e TC;
- Continuaremos a contribuir para soluções, projetos e ferramentas que continuem a promoção verificada nos últimos anos para o aumento dos valores co-



brados pelos contabilistas certificados, possibilitando uma melhor gestão do trabalho, melhor qualidade dos serviços prestados e melhor qualidade de vida dos membros;

- Manter a oferta de formações personalizadas, manuais e artigos específicos para cálculo de honorários;
- Reforçar as averiguações disciplinares sobre contabilistas certificados que não tenham cumprido o dever de lealdade;
- Redobrar o esforço para que todos os contabilistas certificados, trabalhadores dependentes da Administração Pública, tenham uma remuneração adequada à sua função e atualizada frequentemente;
- Terminar a elaboração, apresentar, promover através de uma aprofundada discussão pública e submeter a deliberação por parte da Assembleia Representativa o regulamento da certificação de qualidade. No referido regulamento, pretendemos que esteja previsto um modelo de certificação da qualidade que assente na formação, prevenção, pedagogia e elevação dos padrões de qualidade da profissão. Na fase dos procedimentos de prevenção e intervenção junto dos contabilistas certificados, vamos ter equipas compostas por membros imparciais, independentes e sujeitos a elevados padrões de sigilo, previamente formados para que os contabilistas certificados tenham possibilidade de melhorar padrões de boas práticas profissionais;
- Manter as ações tendentes ao reforço e alargamento do âmbito de intervenção dos Contabilistas Certificados nas empresas, na sociedade civil e no Estado;
- Continuação da celebração dos 25 anos de profissão, através da entrega de uma medalha alusiva a todos os membros que registem 25 anos de inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Manter o bom funcionamento do gabinete de apoio aos membros no acompanhamento às inspeções tributárias, garantindo a igualdade de forças necessárias aquando de um ato inspetivo;
- Terminar e disponibilizar o Guia do Contabilista Certificado, que apresente todos os serviços disponibilizados pela Ordem aos seus membros, bem como todos os serviços que os contabilistas certificados disponibilizam ao tecido empresarial e à sociedade civil;
- Continuar a dinamizar a plataforma "Bolsa de Emprego" onde se possam inscrever contabilistas certificados e empregadores;
- Manter a aposta na divulgação e formação "Guia de Boas Práticas Profissionais";

- Continuar a reforçar a proteção dos contabilistas certificados que denunciem situações de fraude ou outros crimes fiscais;
- Manter os contabilistas certificados dotados das ferramentas e formação necessárias para cumprir os deveres inerentes ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

C) A Ordem e o poder político

Ações previstas:

- Continuar o processo de afirmação junto do poder político, reforçando a influência e a voz da Ordem dos Contabilistas Certificados em todos os processos legislativos e executivos com influência direta e indireta na profissão e nos profissionais;
- Promover por um sistema fiscal mais simples, organizado e promotor de crescimento económico, social e ambiental;
- Contribuir e colaborar para uma maior estabilidade legislativa;
- Alteração da regulamentação do SAF-T (PT);
- Para defesa do interesse público, da transparência e da boa gestão da administração dos recursos públicos, continuaremos a alocar todos os nossos esforços ao processo de regulamentação do contabilista certificado público, de forma que a função seja obrigatória e exclusivamente exercida por contabilistas certificados, pois estes são os únicos profissionais com competência e qualificações adequadas à implementação do normativo público (SNC-AP);
- Garantir a consagração legal e implementação da figura do contabilista certificado público;
- Alocar esforços junto dos legisladores internacionais por forma a que o profissional responsável pelo relato não financeiro seja o contabilista certificado, por este ser quem melhor conhece a realidade das empresas e dos seus ecossistemas;
- Acompanhar permanentemente o regime jurídico do justo impedimento, mantendo-o atual face a novas alterações legislativas e se necessário alargar as obrigações profissionais tuteladas pelo regime;
- Apoiar os contabilistas certificados peritos inscritos na bolsa PRR;
- Manter atualizada a bolsa da Ordem de contabilistas certificados suplentes, assegurando que os profissionais que nela constam têm a inscrição em vigor e nenhuma sanção disciplinar aplicada, agilizando, simultaneamente, o processo de indicação de um contabilista certificado suplente;



- Manter atualizada a bolsa de contabilistas certificados peritos, para os tribunais judiciais e Polícia Judiciária, garantindo sempre, a defesa do interesse público da profissão;
- Reforçar o trabalho junto da Comissão de Normalização Contabilística, defendendo os interesses e valores da contabilidade no respeito pelo normativo internacional e sempre atendendo às especificações económicas do nosso país;
- Manter um esforço permanente no melhoramento do calendário fiscal, eliminando sobreposições de prazos fiscais e/ou declarativos;
- Alocar os necessários esforços e reforços para uma uniformização possível, dos modelos das declarações tributárias;
- Pugnar pela criação de áreas reservadas nos sites das diversas entidades públicas, exclusivamente destinadas ao exercício da atividade do contabilista certificado;
- Promoção ativa da diminuição da burocracia existente na profissão e na economia nacional, possibilitando um clima mais saudável às empresas e ao investimento.

D) Relação triangular: OCC, AT & Segurança Social

Ações previstas:

- No seguimento de trabalhos que já têm vindo a ser desenvolvidos, promoveremos pelas seguintes propostas para a simplificação administrativa e da legislação contabilística e tributária:

Imposto obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
IES	SAF-T contabilidade	<ol style="list-style-type: none">1. Revogação do regime de submissão e envio do ficheiro SAF-T para efeitos de preenchimento da IES.2. Revisão dos campos que contêm informação irrelevante para controlo e auditoria (ex: campos de data e hora da introdução dos movimentos contabilísticos – SystemEntryDate)3. Revogação das taxonomias para as microentidades; taxonomias do Plano SNC geral devem apenas ser utilizadas pelas entidades que aplicam as normas internacionais de contabilidade4. Uma única codificação (Plano de contas ou taxonomias)	Proteção de dados sensíveis das empresas, trabalhadores. Simplificação da informação contabilística de registo e preparação das demonstrações financeiras

Imposto obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
SNC	Sistema de inventário permanente -NCRF-PE	Eliminação da obrigatoriedade da adoção do Sistema de Inventário Permanente nas entidades que adotem a NCRF-PE. Tal adoção deverá ser uma opção de gestão, e não como uma imposição legal, devido aos custos de contexto	Não tem utilidade de análise contabilística ou sequer de controlo fiscal, pois o sistema de inventário intermitente possui a mesma informação.
Inspeção tributária	Revogação da obrigação de comunicação dos inventários	A obrigação de comunicação dos inventários (Artigo 3.º-A DL 198/2012 e Portaria n.º 126/2019) deve ser substituída por atos inspetivos especializados.	O envio de milhões de itens valorizados (ou não valorizados) não contribui para a redução da fraude e evasão fiscais, nem permite melhorar o controlo inspetivo
IVA	Certificação de regularização do IVA por contabilista independente	1. Eliminação da obrigação da certificação ser feita por contabilista certificado independente, passando a certificação a ser feita pelo contabilista certificado do sujeito passivo 2. Eliminação da obrigação da certificação ser feita por ROC nas situações em que o imposto exceda 10.000€ por pedido de autorização prévia e em relação a créditos incobráveis (qualquer que seja o seu valor)	Permite poupança de custos de contexto para as empresas, evitando a necessidade de contratação de terceiros. O contabilista certificado efetua essa certificação mediante a efetivação do pedido no portal das finanças, mediante a sua competência e independência técnica.
IVA	Limitação do direito à dedução do IVA – artigo 19.º, n.º 9 CIVA	Propõe-se que a limitação à dedução do IVA só possa verificar-se após comprovação, pela AT, de que o fornecedor não entregou o IVA ao Estado. Não devem ficar abrangidas por esta alteração situações abusivas.	Evita situações de injustiças no direito à dedução, que não são de responsabilidade do sujeito passivo.
IVA	Flexibilização do pagamento	No envio da DP IVA, existir logo a opção se pretende pagar de uma vez ou pagar em 2/3 vezes e se se optar por essa forma, gerar de imediato as respetivas guias de pagamento. Não limitar as prestações a pagar dentro do próprio ano.	Simplificação administrativa no pagamento do IVA.



Imposto obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
IVA	Faturas	Alterar o DL 28/2019 – passar a ser possível emissão de faturas pdf, eliminando a obrigação de faturas por via eletrónica	Evita aumento dos custos de contexto para as empresas, na necessidade de contratação de serviços a terceiros de aquisição de certificados para emitir faturas por via eletrónica.
IRS/IRC	Regimes simplificados de tributação	Revisão substantiva e estrutural do regime simplificado em IRS e IRC, no sentido de evitar enquadramentos acidentalmente não pretendidos pelos sujeitos passivos, nomeadamente decorrentes de incumprimento não culposo de obrigações declarativas, atrasos no exercício da opção (em IRS) decorrentes do incorreto preenchimento da declaração de alterações, cessação do regime por omissões não intencionais na comunicação de faturação (IRC), erros de enquadramento no início de atividade por ultrapassagem do limite de rendimentos, entre outros.	Evitar tributação não conforme a estrutura e opção do sujeito passivo.
IRC	Tributações autónomas (TA) e depreciações de viaturas	1. TA, Viaturas/ igualar o valor aceite fiscalmente como depreciação do valor do 1 escalão da tributação (diminuir as diversificações de taxas e limites para situações semelhantes); 2. Redução da taxa de IRC para empresas nos primeiros anos de atividade (em alternativa a não aumentar em 10% as TA em caso de prejuízo fiscal).	Permitir a simplificação na tributação das tributações autónomas e na dedução fiscal dos encargos com viaturas.
IRC	Revisão do regime de transparência fiscal (artigo 6.º do Código do IRC)	Propõe-se uma alteração legislativa para revogar o regime da transparência fiscal ou o converter num regime opcional. A manter-se o regime nas condições atuais, deveria ser revista a Portaria n.º 1011/2001, de 21 de agosto, atualizando-a e procurando acabar com contradições (ex: mediação de seguros, profissionais do âmbito desportivos ou recreacional/desportivo, consultores, assessores), que permitem interpretações equívocas sobre o alcance das atividades profissionais.	Evitar enquadramentos abusivos no regime de transparência fiscal.

Imposto obrigação	Tema	Descrição das propostas	Fundamentação
IRS	Retenções na fonte	Limitar as retenções na fonte da categoria B para serem obrigatórias a partir de determinado valor, por exemplo 50 ou 100 €.	Evita trabalho burocrático no controlo de cêntimos sem qualquer utilidade prática.
IRS	Taxas	IRS com taxa única especial de 25%.	Simplificação das regras de liquidação do IRS.
IRS	Reinvestimento	Tornar definitiva da norma transitória do artigo 50º da Lei 56/2023	Alargar as modalidades de reinvestimento nas mais-valias da categoria G de IRS.
Benefícios fiscais	Incentivo fiscal à valorização salarial	Simplificar a aplicação do Artigo 19.º-B Incentivo fiscal à valorização salarial, no sentido de ser de aplicação mais generalizada, ficando o benefício fiscal indexado unicamente ao aumento salarial que a empresa vier a efetuar (calculado de forma simples) e não fazer depender a aplicação da questão do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho dinâmica bem como do leque salarial (cuja fórmula é confusa)	Simplificação e aplicação mais abrangente do benefício fiscal.
RGIT	Dispensa de coima	Nos termos do n.º 4 do artigo 29.º do RGIT, o pedido de dispensa deve ser apresentado no prazo de apresentação da defesa após a instauração do processo de contraordenação.	Para simplificação, propomos que o pedido de dispensa da coima possa ser apresentado no prazo de pagamento da coima reduzida.
RGIT	Suspensão do processo de contraordenação	Justo impedimento do contabilista certificado Para efeitos de aplicação do regime do justo impedimento, a apresentação pelo contabilista certificado junto do portal da AT dos documentos comprovativos da situação de justo impedimento, determina a suspensão do processo de contraordenação.	Evitar a aplicação de coimas desnecessárias e não ser necessário apresentação de defesa do processo de contraordenação.

- Pressionar e trabalhar por forma a que as atualizações ao portal da AT sejam previamente comunicadas e realizadas em momentos adequados ao calendário fiscal, bem como as atualizações ao portal da Segurança Social;



- Garantir a disponibilização por parte da AT de comunicações via WS (Web service) para envio de obrigações declarativas, obtenção das guias de pagamento e de outros dados do portal;
- Garantir o atendimento presencial sem necessidade de prévia marcação;
- Agilizar e regulamentar a troca automática de informação entre a OCC e a AT;
- Promover pela efetivação automática, no Portal da AT, da renúncia, dos contabilistas certificados, de responsável pela contabilidade dos contribuintes, sem que, para tal, dependa qualquer outra ação de qualquer outro contabilista certificado;
- Disponibilização, por parte da Segurança Social, de uma conta corrente e de um e-balcão para comunicação entre os contabilistas certificados e a entidade;
- Comunicação automática do valor dos Pagamentos por Conta aos contribuintes;
- Melhoria da informação apresentada nas guias dos PEF.

E) As contas da Ordem – transparentes, rigorosas, criteriosas

Ações previstas:

- Continuar a proceder à apresentação e disponibilização, permanentemente, via newsletter, das contas e situação financeira da Ordem a todos os interessados;
- Desenvolvimento da informação apresentada e continuação da publicação e disponibilização trimestral, via newsletter e publicação nas redes sociais da Ordem, de relatórios integrados intercalares;
- Manter os contabilistas certificados informados e conhecedores da atividade da Ordem, disponibilizando, permanentemente e de forma agilizada, toda a informação;
- Manutenção do rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos ao abrigo do Regulamento de Remunerações dos Órgãos Sociais da Ordem;
- Cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem;
- Manter a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

F) Apoio técnico – fiscal, contabilístico, mediação, jurídico e incentivos

Ações previstas:

- Terminar o desenvolvimento e implementar ferramentas de inteligência artificial, por forma a implementar soluções informáticas que auxiliem os técnicos da Ordem nas respostas colocadas pelos membros, para aumentar a celeridade das respostas e consequente diminuição do tempo de espera dos membros;
- Reforço da equipa de técnicos, por forma a garantir a qualidade do trabalho desenvolvido e a diminuir os tempos de resposta;
- Manter uma forte aposta no apoio técnico na área dos incentivos e apoios nacionais e comunitários;
- Manter o alargamento do atendimento técnico, sempre que necessário, nomeadamente, nos períodos antecedentes ao cumprimento das mais relevantes obrigações;
- Continuar o desenvolvimento de manuais explicativos, pareceres, quadros-resumo e informações técnicas sobre as mais recentes matérias;
- Reforçar o serviço de contencioso tributário, apoiando todos os contabilistas certificados em matérias de litígio tributário e judicial;
- Enviar lembretes e alertas nos momentos chave do calendário fiscal;
- Disponibilização de atendimento técnico através de plataformas digitais como o Zoom;
- Disponibilizar a newsletter diária "Novidades Profissionais";
- Criar um gabinete de apoio técnico aos contabilistas dos grandes contribuintes.

G) Formação para superação

Ações previstas:

- Disponibilização gratuita de toda a formação profissional contínua em formato virtual;
- Manter o rigoroso controlo sobre o dever ético de cumprimento dos créditos de formação profissional anual, garantindo e assegurando sempre que todos os contabilistas certificados têm as condições obrigatórias para cumprir este dever;
- Manter obrigatória a formação profissional contínua "Boas Práticas segundo o Novo Estatuto", assegurando que todos os contabilistas certificados que exerçam a profissão se encontrem com o conhecimento necessário sobre o enquadramento da mesma;



- Desenvolver o CCclix realizando e publicando mais vídeos e tutoriais de todas as matérias, do dia a dia dos profissionais, como sejam as matérias estatutárias e deontológicas, matérias de contabilidade, matérias de fiscalidade, matérias sobre o direito do trabalho e segurança social, entre outras;
- Manter a emissão semanal das reuniões livres com transmissão via YouTube, garantindo a existência de modelo de esclarecimento de questões técnicas de livre acesso aos membros;
- Organizar e disponibilizar programas de formação sobre apoios e incentivos, com especial ênfase no PRR;
- Continuar com a disponibilização gratuita para os novos membros, inscritos há menos de um ano, de cursos de formação em competências essenciais para o início do exercício da profissão;
- Manter a aposta em formações em áreas transversais à profissão, como as línguas, ferramentas informáticas, marketing, técnicas de negociação, entre outras;
- Sempre que se considerar pertinente, protocolar com diversas entidades públicas, nomeadamente, a AT e a Segurança Social, a organização conjunta de seminários e sessões de esclarecimento sobre temas controversos, para a promoção do debate de interpretações importantes para os contabilistas certificados e seus clientes;
- Organizar conferências e debates com temas de interesse para os membros, reunindo conhecimento de profissionais, da academia e especialistas;
- Manter a mesma exigência em relação aos formadores, garantindo apenas que só os que obtiverem avaliação superior ou igual a 4 numa escala de 0 a 5 e sem sanções disciplinares, são convidados para elaborar manuais e dar formação. De preferência, os formadores devem ser membros com inscrição ativa e em exercício da profissão ou membros dos colégios da especialidade;
- Pugnar junto do governo, por maiores apoios ao desenvolvimento profissional contínuo dos contabilistas certificados;
- Manutenção na aposta em modelos de formação personalizada em ambiente de trabalho, maximizando a aprendizagem dos formandos;
- Disponibilização de sessões de formação presencial segmentada, repartida em vários dias, em horário pós-laboral e aos fins de semana.

H) Comunicar para informar

Ações previstas:

- Manter a total disponibilidade e abertura para os membros;
- Privilegiar a publicação de artigos técnicos e científicos da autoria de contabilistas certificados nas várias publicações da Ordem, fomentando o estudo e desenvolvimento da ciência contabilística;
- Continuar o desenvolvimento e publicação de novas edições da Revista Científica "Accounting and Management Review | Revista de Contabilidade e Gestão";
- Promover e desenvolver plataformas, que permitam aos membros a obtenção, em tempo real, de informação, não só da atividade da Ordem, mas também sobre legislação, entretanto publicada;
- Terminar a elaboração e produção gráfica do "Livro da História da Contabilidade" e divulgar o mesmo junto de todos os interessados;
- Manter o trabalho tendente ao aumento da presença da Ordem nas redes sociais e nos meios de comunicação social, promovendo a marca da Ordem e consequentemente o trabalho, competências, qualificações e valor dos contabilistas certificados;
- Dinamizar a agenda cultural digital da Ordem – Exposições de pintura, fotografia, lançamento de livros, concertos, entre outros – para dinamização da sede e representações dos Contabilistas Certificados, promovendo a interação entre colegas, empresários e sociedade civil.

I) A ação social da Ordem

Ações previstas:

- Renegociar, no âmbito do concurso público internacional, o reforço das condições da apólice do seguro de saúde aos membros;
- Garantir a disponibilização gratuita, para todos os membros, de uma apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, com a possibilidade de condições mais favoráveis e que protejam o maior número possível das áreas de competência, não só exclusivas, mas também partilhadas, dos contabilistas certificados;
- Reforçar o fundo de solidariedade social de apoio aos membros, assegurando a qualquer contabilista certificado em dificuldades, pelo menos, um rendimento mensal igual ao salário mínimo nacional;



- Reforçar e incentivar a assinatura de upgrades ao seguro de responsabilidade civil, com prémios competitivos, para os que optem por reforçar o risco coberto;
- Fomentar a criação de upgrades que permitam diminuir a franquia e alargar o âmbito das situações abrangidas pela apólice do seguro de responsabilidade civil;
- Reestruturar o apoio ao Grupo de Entreaajuda – Apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados;
- Dinamizar uma bolsa de apoio a alunos carenciados.

J) Da academia à profissão

Ações previstas:

- Assegurar a não existência de obstáculos e as melhores condições para o acesso à profissão por parte dos candidatos;
- Promover pelos cursos de formação a preparação para os exames de acesso à profissão;
- Garantir e apoiar toda a academia na adaptação às novas regras de acesso à profissão;
- Manter a aposta em programas de atração de novos talentos para a profissão;
- Respeitar o novo Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais;
- Continuação da cooperação com as instituições de ensino e seus intervenientes, para atualização permanente do modelo de acesso à profissão, nomeadamente, o estágio e o exame de avaliação profissional;
- Reorganizar o gabinete de mentoria para os colegas em início de profissão, que faça a articulação necessária entre o mentor (um contabilista certificado com experiência) e o profissional em início de carreira;
- Continuar a aposta na promoção e difusão da figura e papel do contabilista certificado, redobrando o interesse pela profissão e a atração e retenção de novos membros;
- Organizar em parceria com o ensino superior, uma pós-graduação em contabilidade e fiscalidade, dedicada a contabilistas certificados que queiram desenvolver os seus conhecimentos e competências técnicas;
- Manter programas e iniciativas de acompanhamento aos novos membros;

- Organizar em estreita colaboração com as entidades de ensino, um projeto de acompanhamento, realizado por contabilistas certificados, dirigido aos alunos finalistas dos cursos que permitam o acesso à profissão. Este projeto, possibilitará uma aproximação à realidade profissional, antes do terminus do curso, contribuindo para uma melhor preparação dos futuros contabilistas certificados;
- Manter o apoio aos projetos de desenvolvimento e estudo científico da contabilidade, através da atribuição de financiamentos, promoção de trabalhos e publicação da Revista Científica da Ordem "Revista de Contabilidade e Gestão", bem como de outras publicações de idêntica relevância.

K) A Ordem e os seus membros nas organizações internacionais

Ações previstas:

- Manter a aposta ganha na internacionalização da Ordem e dos contabilistas certificados, através da crescente e sólida participação em fóruns e organizações internacionais, que promovam o desenvolvimento da profissão e a partilha de melhores práticas;
- Promover pela criação do I Encontro Europeu do Contabilista;
- Manter a tradução e difusão para português das normas internacionais;
- Garantir que o desenvolvimento internacional das normas contabilísticas, tenham em consideração as particularidades da realidade profissional e económica portuguesa;
- Acompanhar e influenciar o processo de desenvolvimento do normativo referente ao relato de sustentabilidade;
- Continuar a trabalhar nas direções, grupos ou comissões técnicas da International Federation of Accountants (IFAC), European Federation of Accountants for SMEs (EFAA), Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA), Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM), e Edinburgh Group (EG);
- Trabalhar com organizações congêneres dos países de língua portuguesa, seja no seio da UCALP – União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa, seja bilateralmente;
- Organização e acompanhamento do Fórum do IPSASB em Lisboa.



L) Colégios das especialidades

Ações previstas:

- Atualizar o Regulamento dos Colégios das Especialidades, dotando-o de mecanismos que apoiem a entrada de novos especialistas;
- Promover os colégios das especialidades e criar de um sistema de reconhecimento e interação com as instituições de ensino superior, que garantam a equidade do título de especialista concedido pela Ordem;
- Continuar o apoio e cooperação com os colégios das especialidades na elaboração e organização de trabalhos técnicos, conferências, debates, tertúlias e demais atividades de cariz técnico-científico que crie mais-valias para os contabilistas certificados;
- Publicar os melhores trabalhos aprovados nas provas de especialistas da Ordem quer em formato físico, quer em formato e-book;
- Promover e divulgar os colégios das especialidades nos eventos que a Ordem realiza ao longo do ano.

M) A Ordem, outros parceiros e sociedade civil

Ações previstas:

- Continuar a promover e a despertar consciência para o trabalho dos contabilistas certificados, com vista a um maior reconhecimento pessoal e profissional;
- Manter dinâmico o protocolo celebrado entre a Ordem e os Tribunais Judiciais e entre a Ordem e o Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), garantindo uma ativa participação dos contabilistas certificados como técnicos peritos;
- Manter, em colaboração com a academia e o governo, a aposta em projetos e iniciativas que pugnem por uma maior literacia financeira de toda a sociedade;
- Avançar com o " IRS TOUR" junto dos alunos do 12.º ano do ensino secundário, dos alunos do marketing profissional, dos profissionais de saúde e dos artistas e profissionais da cultura;
- Realizar o "Dia Aberto" da Ordem, abrindo todos os espaços à comunidade, por forma a mostrar o trabalho dos contabilistas certificados e sua relevância para a sociedade civil;
- Reforçar o projeto + CC + Vantagens, continuando a apostar na celebração de protocolos e disponibilização de condições vantajosas para os contabilistas certificados junto de entidades terceiras;

- Manter a pressão junto do governo para a obrigatoriedade de qualquer empresário, antes do início da atividade frequentar formação na área da gestão, que lhe permita uma melhor interligação, criadora de valor, com o contabilista certificado;
- Estabelecer protocolos com diversos organismos públicos e privados, tendentes à organização e participação em eventos culturais e desportivos;
- Organizar eventos de cariz social, como atividades desportivas, convívios e outras;
- Desenvolver, em parceria com a Ordem dos Psicólogos, um projeto de Educação Emocional e de Saúde Mental para os contabilistas certificados.

N) Dia Nacional do Contabilista Certificado

A celebração da nossa profissão é já uma tradição no dia 21 de setembro. No Dia do Contabilista Certificado, celebramos, com orgulho e alegria, a nossa profissão, o que somos, o que alcançamos, a nossa reputação, reconhecimento e valor. Em 2025 não será exceção e novamente, com muitas surpresas, prometemos um dia em cheio, um dia em que dizemos que somos contabilistas certificados, profissionais de interesse público, agentes fundamentais num mundo ambiental, social e economicamente sustentável.

O) XIX Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados

Em 2024, inovámos e o Encontro Nacional transformou-se em Festival dos Contabilista, um formato do agrado dos milhares de contabilistas certificados que se inscreveram para uma tarde e noite de música, dança, convívio e muita alegria. Em 2025, ainda sem termos o formato fechado e ainda sem sabermos o local onde se vai realizar, uma certeza temos, o Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados vai-se realizar e, como sempre, não irá dececionar nenhum participante.

P) Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados

A Festa de Natal é um dos mais esperados eventos da Ordem. Em 2025, em Lisboa e no Porto, perspetivando-se a possibilidade de se alargar a realização do evento para outras cidades por forma a chegarmos mais perto de todos os contabilistas certificados, iremos novamente assinalar e viver a magia desta época natalícia. Doces, magia, surpresas, música e animação marcam presença e garantem ser a delícia de miúdos e graúdos na Festa de Natal da OCC em 2025.



Q) 8.º Congresso dos Contabilistas Certificados

2025 é mais um ano em grande, um ano em que teremos o nosso tão esperado e desejado 8.º Congresso dos Contabilistas Certificados. Em setembro, contamos com cerca de 7.000 participantes, entre contabilistas certificados, estudantes, profissionais da área, atores e decisores políticos, empresários e agentes da sociedade civil, reunidos na Meo Arena para, durante uns dias, debaterem um dos mais importantes temas da atualidade contabilística, o papel do contabilista certificado na governança e gestão das empresas privadas e públicas.

Neste evento, teremos o lançamento de novas iniciativas, fóruns de debate e reflexão, convívio social, ações de *networking*, atuações musicais e muitas mais ações e atividades que, como sempre, ficarão na memória de todos os participantes no evento.

R) XX Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA)

Em 2025 terá lugar nova edição do Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. O XX CICA, co-organizado pelo ISCA-A de Aveiro, promete mais e melhores trabalhos científicos, discussões, debates e reflexões que promovam o desenvolvimento da ciência da contabilidade e auditoria e pelo contínuo crescimento da nossa profissão.

S) Fórum do IPSASB – International Public Sector Accounting Standards Board

Pela segunda vez, a Ordem dos Contabilistas Certificados foi desafiada e aceitou, de forma honrosa, o convite para receber mais um fórum do IPSASB – International Public Sector Accounting Standards Board. A realizar no mês de setembro, este evento reúne as principais personalidades da entidade que emite as normas de contabilidade para o setor público em termos mundiais.

Este convite e evento, mostra o reconhecimento mundial que a Ordem tem junto dos emissores de normas internacionais e afirma-se como uma oportunidade para termos, em Portugal, os mais importantes trabalhos tendentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de um normativo que urge estar completamente implementado em Portugal e no mundo.

T) II Encontro Insular dos Contabilistas Certificados

Infelizmente, em 2024 não foi possível realizar o II Encontro Insular atendendo à entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e às consequentes eleições para os novos órgãos sociais. Assim, em 2025, ru-

maremos ao arquipélago dos Açores para o II Encontro Insular dos Contabilistas Certificados.

Durante dois dias, olharemos para a insularidade de forma aprofundada, contribuindo, de forma ímpar, para o desenvolvimento da profissão nas ilhas dos Açores e da Madeira, sem esqueceremos, o convívio e a celebração entre colegas. Serão dois dias de alegria e onde vamos criar muitas memórias para todos os participantes. Convidamos assim todos os colegas a participar, sejam das ilhas dos Açores, da Madeira como do Continente.

U) I Congresso da UCALP

Em 2025 queremos promover a organização do I Congresso da União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa, em Lisboa, que permita convergir todas as organizações membro por forma a dinamizar, estimular e impulsionar a UCALP, as suas organizações e os seus membros profissionais. Em torno de um idioma, uma cultura e uma profissão, será esse o mote de um Congresso que em parceria com a CPLP, promete criar as melhores condições para a partilha de experiências e boas práticas.



XII. Orçamento participativo

Mais uma vez, com esta iniciativa, verificamos a participação e proximidade dos contabilistas certificados na vida da Ordem. Apoiando, comentando, sugerindo e influenciado em iniciativas e projetos que ajudem a Ordem a definir a sua estratégia e missão.

Neste orçamento participativo, recebemos um elevado número de propostas, muitas das mesmas, já consagradas no presente documento ou no planeamento geral da Ordem dos Contabilistas Certificados. Outras, independentemente de não estarem consagradas abaixo, influenciaram, de forma muito positiva, a definição da estratégia, objetivos e projetos para 2025.

Assim sendo, resultado direto do orçamento participativo, apresentamos as seguintes sugestões (algumas englobam várias propostas recebidas), as quais iremos implementar durante o ano de 2025:

- Promoção de ações de voluntariado, tais como recolha de lixo nas praias e campo, remodelação de casas degradadas, apoio a pessoas em situação vulnerável, apoio a instituição de cariz social. Estas ações, visam reforçar o apoio social dos contabilistas certificados, fortalecendo o espírito de comunidade e intervenção social dos contabilistas certificados;
- Promoção de iniciativas que reforcem a saúde mental dos contabilistas certificados através da prática de desporto, organizando-se caminhadas, passeios e outras atividades que incentivem a pratica desportiva junto de todos os profissionais;
- Campanha de recolha de sangue em colaboração com o SNS, Instituto Português do Sangue.



XIII. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2025

1	2
3	4

Num momento de extrema relevância para a profissão, o plano de atividades foi construído tendo por base em três eixos de ação fundamentais: – Combater o envelhecimento da profissão e o problema da atração e retenção de talento para a profissão; – Promover o desenvolvimento, afirmação e reconhecimento da profissão; e – Adotar mecanismos de regulação preventiva.

A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência. A Ordem é dos seus membros e todas as suas ações são para os membros, devendo a Ordem manter-se sempre ao lado dos membros. O principal objetivo da Ordem é servir os membros, através da uma eficiente regulação da profissão, disponibilização de soluções que apoiem profissional e socialmente os contabilistas certificados e uma contínua e eficaz atuação junto dos vários agentes interessados da profissão e da Ordem. Conciliar a defesa do interesse público da profissão e a defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados. É este o equilíbrio que conseguimos construir e que iremos manter ao longo do próximo ano.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, nunca podendo esquecer, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e subsidiariamente, para com a sociedade civil.

Num prisma de contenção e consolidação, alocaremos todos os recursos humanos e financeiros de forma a concretizar o conjunto de propostas apresentadas no plano de atividades capazes de efetivamente mostrar como todas as peças se encaixam, potencializando o contabilista certificado e as suas funções e na criação de valor.

A concretização dos três eixos de ação fundamentais do Plano de Atividades, a alocação de todos os seus recursos de forma eficiente e ágil na regulação e desenvolvimento da profissão e dos seus membros, fornecer aos contabilistas certificados as ferramentas necessárias para ajustarem ou aperfeiçoarem o seu perfil profissional tendo em conta os mais elevados padrões de qualidade, preparando-se para um futuro cheio de oportunidades, o reforço e rejuvenescimento da



classe profissional e fortalecimento da sua posição junto de toda a sociedade em geral tendo em consideração o seu interesse público, apenas será possível com a execução de um plano operacional de ação que inclui as medidas concretas que constituem a base dos projetos e atividades a desenvolver em 2025, dependendo a concretização da disponibilidade e boa afetação dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo «elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.»

Neste capítulo o Conselho Diretivo apresenta a proposta de orçamento da Ordem dos Contabilistas Certificados para o ano de 2025.

Enquadramento

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos, foram três promessas alcançadas nos últimos seis anos.

Com base nos três focos referidos, conseguimos aumentar o rácio de solvabilidade e a autonomia financeira, diminuir o passivo e aumentar o ativo e os fundos patrimoniais e, mesmo em pandemia, obtiveram-se sempre resultados líquidos positivos, apesar da exceção prevista de resultado líquido negativo ano de 2022 relacionada com o acréscimo de gastos pela realização do VII Congresso CC derivado do aumento excecional dos preços. Tudo isto, aumentando, paralelamente, os serviços e apoios aos membros, comprovando assim que se pode alcançar grandes resultados, sem esbanjamento e com uma boa gestão dos recursos.

Temos hoje uma Ordem presente na vida dos membros e disponível para os apoiar profissional, técnica, pessoal e socialmente. Uma Ordem transparente, rigorosa e saudável financeiramente. Uma Ordem com a maior notoriedade social e política. Uma Ordem dos membros, que trabalha na defesa dos direitos e interesses dos mesmos para garantir e reforçar o interesse público.

Iremos sempre, garantir a mesma transparência, o mesmo rigor, os mesmos critérios na alocação dos recursos da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Competência, rigor e excelência dos serviços da Ordem; Confiança dos membros; Transparência em todos os atos da instituição. É assim que pretendemos consubstanciar os valores da Ordem dos Contabilistas Certificados, sempre em prol dos contabilistas certificados.

As contas da Ordem são hoje, sinónimo de transparência na gestão, informação pertinente e atempada. A publicação de relatórios financeiros intercalares trimestrais permite aos contabilistas certificados e à sociedade em geral um co-

nhecimento global e aprofundado sobre as contas da Ordem dos Contabilistas Certificados, permitindo um total escrutínio das atividades desenvolvidas.

A total clareza de processos na divulgação de informação económico-financeira da instituição é um cunho indissociável do atual Conselho Diretivo, tendo em vista construir uma nova era na nossa profissão, uma era de rigor, transparência e mais eficiente gestão de recursos.

Em 2025, pretendemos dar continuidade na apresentação e disponibilização, permanentemente, da situação financeira da Ordem a todos os interessados, intensificar o desenvolvimento da informação apresentada e continuar com a publicação e disponibilização trimestral, via newsletter e publicação nas redes sociais da Ordem, de relatórios integrados intercalares.

Na sequência da prática verificada em anos anteriores pretendemos manter do rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos ao abrigo do Regulamento de Remunerações dos Órgãos Sociais da Ordem e a total transparência na informação disponibilizada e divulgada.

Pretendemos cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem e manter a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

De seguida apresentam-se os valores para as principais rubricas do orçamento:

Rendimentos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos totais orçamentados para os anos de 2024 e 2025:

euros

Rendimentos	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vendas	3 861	10 044	-6 182	-61,6%	0,0%
Prestações de serviços	27 939 429	22 151 267	5 788 162	26,1%	96,4%
Trabalhos para a própria entidade	891 066	922 796	-31 730	-3,4%	3,1%
Outros rendimentos	67 911	87 922	-20 010	-22,8%	0,2%
Juros, dividendos e outros rendimentos	78 418	149 910	-71 492	-47,7%	0,3%
Total	28 980 686	23 321 938	5 658 748	24,3%	100,0%

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2025 é de 28.980.686 euros, apresentando um desvio favorável face aos valores orçamentados em 2024 de +5.658.748 euros (+24,3%).



Comparação do orçamento 2025 com o orçamento de 2024

euros

Rendimentos	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vendas de mercadorias	3 861	10 044	-6 182	-61,6%	0,0%
Serviços prestados	27 939 429	22 151 267	5 788 162	26,1%	96,4%
Jóias	193 500	94 400	99 100	105,0%	0,7%
Quotas	12 457 530	11 720 250	737 280	6,3%	43,0%
Ações de Formação OCC	2 031 315	1 811 516	219 799	12,1%	7,0%
Formação eventual	1 731 621	1 578 696	152 925	9,7%	6,0%
Formação (segmentada e recorrente)	102 504	127 160	-24 656	-19,4%	0,4%
Conferências	22 500	105 660	-83 160	-78,7%	0,1%
VIII Congresso OCC	174 690		174 690		0,6%
Taxas e emolumentos	1 399 915	518 670	881 245	169,9%	4,8%
Inscrições - Reg. atribuição créditos	8 238	7 025	1 214	17,3%	
Vinhetas	39 808	41 513	-1 704	-4,1%	0,1%
Outros serviços	11 809 122	7 957 894	3 851 228	48,4%	40,7%
Serviços de informática (aos membros)	11 735 874	7 873 716	3 862 158	49,1%	40,5%
Cedência espaço instalações OCC e serviços complementares	18 918	30 507	-11 588	-38,0%	0,1%
Encontro Nacional dos CC	21 780	21 780			0,1%
Outros eventos	32 549	31 891	658	2,1%	0,1%
Trabalhos para a própria entidade	891 066	922 796	-31 730	-3,4%	3,1%
Projeto Gestão Acessos OCC		92 586	-92 586	-100,0%	
Projeto de Desenvolvimento Informático	891 066	830 210	60 856	7,3%	3,1%
Outros rendimentos	67 911	87 922	-20 010	-22,8%	0,2%
Multas-processos disciplinares e AT	67 911	87 922	-20 010	-22,8%	0,2%
Juros, dividendos e outros rendimentos	78 418	149 910	-71 492	-47,7%	0,3%
Juros obtidos	78 418	149 910	-71 492	-47,7%	0,3%
Total	28 980 686	23 321 938	5 658 748	24,3%	100,0%

O valor orçamentado em 2025 referente à venda de mercadorias (material merchandising) é de 3.861 euros, apresentando uma redução em relação ao valor do orçamento de 2024 de -6.182 euros (-61,6%), atendendo ao valor real previsto para o ano de 2024.

A prestação de serviços com um peso de 96,4% no valor total dos rendimentos orçamentados, apresenta o valor de 27.939.429 euros, superior em 5.788.162 euros (+26,1%) face ao valor orçamentado para o ano de 2024.

O valor das quotas, rubrica com maior peso nos rendimentos da Ordem, apresenta o valor de 12.457.530 euros (43,0%) e uma variação positiva de 737.280 euros (+6,3%) face ao valor orçamentado em 2024. O valor orçamentado para as quotas tem em consideração a existência de 72.940 membros ativos com uma quota mensal de 15 euros e os 2.024 membros suspensos com uma quota mensal de 7,5 euros.

Salienta-se que o orçamento de 2024, considerou os 66.564 membros ativos com uma quota mensal de 15 euros, e 2.285 membros com suspensão voluntária com uma quota mensal de 7,5 euros.

Prevê-se ainda que ao longo do ano de 2025 existam uma média de 4.234 novos membros, para os quais se perspetiva uma redução de 50% nos primeiros doze meses de inscrição sendo o impacto orçamental desta redução do valor das quotas de 381.060 euros.

Também para os membros com mais de 80 anos, prevê-se a isenção das quotas para os que não desenvolvem atividade (média de 846 membros), com um impacto na redução do rendimento das quotas de 152.280 euros. Adicionalmente está previsto a redução das quotas em 50% para membros que não desenvolvem atividade entre os 75 anos e os 80 anos (média de 725 membros). Esta medida, terá um impacto na redução dos rendimentos das quotas de 65.250 euros.

Prevê-se ainda a existência do cancelamento de inscrição de 1.418 membros, com um impacto no orçamento de 2025 de 255.240 euros.

As prestações de serviços referentes a ações de formação têm um peso de 7,0% no total dos rendimentos da Ordem, com o valor de 2.031.315 euros, tendo uma variação positiva de +12,1% (+219.799 euros) face ao valor orçamentado em 2024. Neste âmbito, a formação eventual tem o peso mais significativo, apresentando o valor estimado de 1.731.621 euros, mais 152.925 euros (+9,7%) que o valor orçamento para o ano de 2024, estando previsto a realização de quatro formações eventuais, similar ao ano de 2024. O número de formandos estimado em 2025 tem por base os números reais do ano de 2024.

Salienta-se que toda a formação on-line, (formação à distância, Plug-in, descomplicar na hora, Reuniões livres e CCclix) passou a ser gratuita desde 1 de janeiro de 2023. O valor dos rendimentos das ações de formação previsto no orçamento para o ano de 2025, tal como sucedeu em relação ao orçamento de 2024 e 2023, é exclusivamente referente à formação presencial (formação eventual e formação segmentada).

O programa de formação profissional contínua da Ordem que antes da crise pandémica assentava principalmente em modelos de formação presencial, durante o ano de 2020, reinventou-se em novos modelos de formação, e conseguiu-se criar uma capacidade de resposta tremenda às necessidades dos membros, tendo-se alterado substancialmente o figurino da estrutura de gastos associada ao novo modelo, em comparação com a situação anterior, antes do COVID-19.

No ano de 2025 pretende-se disponibilizar inovadoras e diversificadas sessões de formação profissional contínua, que respondam às mais recentes necessidades formativas dos contabilistas certificados, assegurando que o programa e modelos formativos da Ordem se mantêm atuais, flexíveis, modernos e completos. Pretende-se manter obrigatória a formação profissional contínua "Boas Práticas segundo o Novo Estatuto", assegurando que todos os contabilistas certificados



que exerçam a profissão se encontrem com o conhecimento necessário sobre o enquadramento da mesma;

É premissa para o ano de 2025 continuar a desenvolver o CCCLIX realizando e publicando mais vídeos e tutoriais de todas as matérias, do dia a dia dos profissionais, como sejam as matérias estatutárias e deontológicas, matérias de contabilidade, matérias de fiscalidade, matérias sobre o direito do trabalho e segurança social, entre outras.

Pretende-se em 2025 manter a emissão semanal das reuniões livres com transmissão via YouTube, garantindo a existência de modelo de esclarecimento de questões técnicas de livre acesso aos membros.

Em 2025, a OCC vai continuar com a disponibilização gratuita para os novos membros, inscritos há menos de um ano, de cursos de formação em competências essenciais para o início do exercício da profissão.

Depois da derrogação do dever de realização dos 30 créditos previstos no Regulamento da Formação Profissional Contínua, tanto em 2020 como em 2021, e 10 créditos no ano de 2022, desde o ano de 2023 é obrigatório o cumprimento do estipulado naquele normativo.

O valor das taxas e emolumentos de 1.399.915 euros apresenta uma variação positiva de 881.245 euros (+169,9%) face ao valor orçamentado em 2024. Neste valor a parcela mais significativa é referente à taxa do exame/formação de admissão no valor de 1.331.000 euros, para as três opções previstas (A, B e C) de acordo com o novo Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais que entrou em vigor no dia 1 de julho de 2024. No dia 26 de julho de 2024 o Conselho Diretivo deliberou, que todos os processos de inscrição recebidos na Ordem a partir dessa data e até ao final de julho de 2025 ficam isentos de qualquer pagamento sendo o valor orçamentado de 2025 a partir do final de julho. No orçamento de 2024 o valor previsto referente à taxa de exame foi 443.800 euros, com base no número de 2.219 inscrições para os três exames que estavam previstos realizar.

Na prestação de serviços de informática aos membros (TOConline) foi considerado um aumento de 49,1% (+3.862.158 euros), face ao orçamento de 2024, tendo em consideração o número de licenças ativas em 31 de outubro 2024, o seu crescimento face a 2024.

Os trabalhos para a própria entidade, referentes aos projetos de investimento (ativos intangíveis) Gestão de Acessos OCC e projeto de desenvolvimento informático, apresentam um valor total de 891.066 euros, menos 31.730 euros (-3,4%) em relação ao valor orçamentado em 2024, atendendo que no orçamento de 2025 não existe valor previsto para a Gestão de Acessos OCC. O valor

orçamentado em 2025 na rubrica trabalhos para a própria entidade é unicamente referente ao projeto de desenvolvimento informático com uma variação positiva de 60.856 euros (+7,3%) em relação ao respetivo valor orçamentado em 2024.

As multas de processos disciplinares e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) referentes à cobrança coerciva das quotas, inseridas na rubrica de outros rendimentos, apresentam o valor orçamentado para 2025 de 67.911 euros, menos 20.010 euros (-22,8%) que o valor orçamentado para 2024, tendo como base o valor real estimado do ano de 2024.

Os rendimentos referentes a juros, dividendos e outros rendimentos apresentam o valor de 78.418 euros relativos a juros obtidos das aplicações financeiras existentes de 250 mil euros e 3,5 milhões de euros, a última constituída após a venda do imóvel da Avenida 24 de julho. O valor líquido do rendimento das aplicações financeiras é revertido para o fundo de pensões da OCC.

Gastos

No quadro seguinte, apresentam-se os gastos totais orçamentados para os anos de 2024 e 2025:

Gastos	euros				
	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
CMVMC	1 225	2 909	-1 684	-57,9%	
FSE	15 246 276	12 355 000	2 891 276	23,4%	54,8%
Gastos com o pessoal	9 654 116	8 310 263	1 343 853	16,2%	34,7%
Gastos de depreciação e de amortização	2 434 025	1 662 438	771 587	46,4%	8,8%
Perdas por imparidade	84 000	84 000			
Outros gastos	284 240	327 963	-43 723	-13,3%	1,0%
Gastos de financiamento	95 464	107 910	-12 445	-11,5%	0,3%
Total	27 799 346	22 850 483	4 948 863	21,7%	100,0%

Os gastos totais previstos para o ano de 2025 são de 27.799.346 euros, com um aumento de 4.948.863 euros (+21,7%) em relação ao valor orçamentado no ano de 2024.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos são a rubrica com maior peso no orçamento total da Ordem, com uma percentagem de 54,8% a que corresponde o montante de 15.246.276 euros, e apresentam uma variação de mais 2.891.276 euros (+23,4%) face ao orçamento de 2024.

O valor dos gastos com pessoal orçamentado para o ano de 2025, tem um peso de 34,7% no valor total dos gastos e apresentam um valor de 9.654.116 euros, mais 1.343.853 euros (+16,2%) que o valor orçamentado no ano de 2024.



Comparação do orçamento para o ano de 2025 com o orçamento do ano de 2024

	euros				
Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Orçamento variação	Orçamento variação %	% s/ total
Subcontratos	832 068	593 205	238 863	40,3%	5,5%
Serviços especializados	7 490 030	6 329 338	1 160 692	18,3%	49,1%
Trabalhos especializados	5 456 784	4 043 439	1 413 344	35,0%	35,8%
Publicidade e propaganda	24 540	34 749	-10 209	-29,4%	0,2%
Vigilância e segurança	250 688	270 296	-19 609	-7,3%	1,6%
Honorários	1 304 486	1 341 212	-36 726	-2,7%	8,6%
Conservação e reparação	172 720	280 769	-108 049	-38,5%	1,1%
Serviços bancários	235 344	250 938	-15 594	-6,2%	1,5%
Outros	45 469	107 935	-62 466	-57,9%	0,3%
Materiais	378 826	274 400	104 427	38,1%	2,5%
Ferramentas e utensílios	40 032	4 512	35 520	787,2%	0,3%
Livros e documentação técnica	309	600	-291	-48,6%	
Material de escritório	17 736	39 450	-21 714	-55,0%	0,1%
Artigos para oferta	313 012	229 838	83 174	36,2%	2,1%
Outros Materiais	7 738		7 738		
Energia e fluídos	231 519	316 426	-84 908	-26,8%	1,5%
Deslocações, estadas e transportes	402 679	447 171	-44 492	-9,9%	2,6%
Serviços diversos	5 911 153	4 394 460	1 516 693	34,5%	38,8%
Rendas e alugueres	1 312 949	298 321	1 014 627	340,1%	8,6%
Comunicação e seguros	4 396 389	3 896 920	499 469	12,8%	28,8%
Contencioso e notariado	18 000	18 000			0,1%
Despesas de representação	5 966	4 924	1 042	21,2%	0,0%
Limpeza, higiene e conforto	177 850	176 296	1 554	0,9%	1,2%
Total	15 246 276	12 355 000	2 891 276	23,4%	100,0%

A rubrica de fornecimentos e serviços externos merece uma análise mais detalhada, nas seguintes subrubricas:

a) Subcontratos

Os subcontratos incluem, sobretudo, os gastos com o sistema de informação do contabilista certificado (SICC), com o alojamento do programa *TOConline*, a impressão do livro de Contabilidade e das publicações periódicas da Ordem, e apresentam para 2025 o valor de 832.068 euros, com um peso nos fornecimentos e serviços de 5,5%. Em 2024, os subcontratos registam um aumento de 238.863 euros (+40,3%) face ao valor orçamentado para o ano de 2024.

O valor do programa *TOConline* referente exclusivamente ao alojamento apresenta um aumento de 213.671 euros (+68,6%) face ao valor orçamentado em 2024.

O valor referente a impressão das agendas no orçamento do ano de 2025 está considerado na rubrica de artigos para oferta pelo valor de 126.221 euros, não tendo sido considerado qualquer valor em subcontratos.

O gasto referente à impressão do livro de Contabilidade apresenta o valor de 109.551 euros, igual ao valor apresentado no orçamento de 2024, atendendo que

a revisão técnica do livro abrangeu um período mais dilatado que o inicialmente previsto estando estimada a sua conclusão no ano de 2025. Em 2025 pretende-se disponibilizar o Livro da Contabilidade, uma obra com vários capítulos que detalha e apresenta tudo o que os contabilistas certificados e demais interessados precisam de saber sobre a contabilidade.

O gasto referente ao serviço de impressão da revista contabilista regista um valor de 122.500 euros, mais 25.192 euros (+25,9%) tendo em consideração o valor real de 2024.

euros

Subcontratos	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Vinhetas	805	805			0,1%
SICC	70 689	70 689			8,5%
TOCOnline	525 216	311 545	213 671	68,6%	63,1%
Impressão Livro da Contabilidade	109 551	109 551			13,2%
Impressão Revista Contabilidade e Gestão	1 002	1 002			0,1%
Impressão Revista CC	122 500	97 308	25 192	25,9%	14,7%
Outras Impressões	2 306	2 306			0,3%
Total	832 068	593 205	238 863	40,3%	100,0%

b) Serviços especializados

Os serviços especializados em 2025 apresentam um valor de 7.490.030 euros, com um aumento de 1.160.692 euros (+18,3%) em relação ao orçamento de 2024, e representam 49,1% do valor total dos fornecimentos e serviços externos.

Trabalhos Especializados e honorários

Os trabalhos especializados em 2025 apresentam um valor de 5.456.784 euros, com um aumento de 1.413.344 euros (+35,0%) em relação ao orçamento de 2024. Deste valor, uma grande parte é referente aos gastos de trabalhos especializados dos formadores da formação eventual, formação segmentada, formação à distância, formação Plug-in, formação modular e reuniões livres, que tem um valor de 601.584 euros. O valor referente aos serviços de restauração da formação é 403.838 euros, para os manuais de formação é 40.178 euros e para as brochuras de formação é 149.497 euros.

Os honorários apresentam em 2025 um valor de 1.304.486 euros, com uma redução de 36.726 euros (-2,7%) face ao orçamento de 2024. Nesta rubrica de honorários os formadores apresentam um valor de 890.686 euros. Na rubrica de honorários está também incluído o valor de 111.861 euros para as várias Comissões, o valor de 203.880 euros para consultoria técnica e o valor de 66.420 euros para assessoria jurídica.



No quadro seguinte são apresentados os valores agregados referentes a trabalhos especializados (formadores e restauração) e honorários (formadores) referentes às várias modalidades de formação profissional disponíveis para os membros. Englobando o valor de trabalhos especializados e honorários os gastos referentes à formação profissional apresentam em 2025 um valor de 2.129.586 euros, apresentando um aumento de 130.808 euros (+6,5%) face ao orçamento do ano de 2024.

De referir que os gastos dos formadores da formação podem ser considerados trabalhos especializados ou honorários conforme a qualidade de sujeito passivo que emite as faturas.

euros

Formação – Trabalhos especializados e Honorários	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Trabalhos especializados e Honorários – Formação Eventual	861 796	1 079 271	-217 475	-20,2%	40,5%
Trabalhos especializados e Honorários – Formação Segmentada	27 774	122 208	-94 435	-77,3%	1,3%
Trabalhos especializados e Honorários – Formação Distância / Plug-in	437 268	331 952	105 316	31,7%	20,5%
Trabalhos especializados e Honorários – Formação Reuniões Livres	282 945	405 400	-122 455	-30,2%	13,3%
Trabalhos especializados e Honorários – Formação TOCOnline ambiente de trabalho	50 971	59 947	-8 976	-15,0%	2,4%
Trabalhos especializados e Honorários – Formação Acesso à Profissão	468 833		468 833		22,0%
Total	2 129 586	1 998 778	130 808	6,5%	100,0%

O quadro a seguir apresentado evidencia os valores orçamentados para 2025 dos gastos referentes à formação gratuita e o respetivo investimento do CCclix.

euros

Apoio aos membros – Formação	Reuniões Livres e RL TOCOnline	Formação à distância	Formação descomplicar	Formação plug-in	CCclix	Total Orçamento 2025
Investimento ativo intangível					21 066	21 066
Investimento ativo intangível em curso					5 400	5 400
Total investimentos					26 466	26 466
Recursos Humanos	10 555					10 555
Formadores	289 459	67 833	21 039	185 716		564 048
Serviços de Informática		90 200		45 100	46 679	181 979
Elaboração manuais de formação		1 000		26 379		27 379
Rendas e alugueres-Espaços	34 983					34 983
Rendas e alugueres-Equipamentos	4 453					4 453
Deslocações, Estadas e Refeições	23					23
Outros trabalhos especializados	615					615
Gastos de amortização					7 071	7 071
Total	340 088	159 033	21 039	257 195	53 750	831 105

Os trabalhos especializados incluem o valor de 1.569.854 euros para os serviços especializados de informática e 209.304 euros para datacenter, licenciamento e videoconferência.

Os trabalhos especializados referentes aos serviços de restauração apresentam um valor de 1.016.945 euros, incluindo 396.587 euros referente à formação even-

tual, 104.547 euros do Encontro Nacional CC, 44.692 euros para a Festa de Natal e 373.900 euros para o 8.º Congresso CC.

Para além do referido, os trabalhos especializados incluem ainda o valor de 104.644 euros para as várias comissões, o valor de 82.349 euros para a coleção Essencial, o valor de 144.082 euros para consultores externos, o valor de 79.055 euros para serviços de comunicação e imagem, o valor adicional ao de restauração de 56.051 euros para o Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados, para além dos valores referentes ao serviço de restauração, elencados no parágrafo anterior, acresce o valor de 366.542 euros para conferências e eventos onde está incluído 313.843 euros para o VIII Congresso CC, para além do valor dos serviços de restauração o valor de 107.065 euros para a Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados e o valor de 200.000 euros para a Certificação de Qualidade.

Publicidade e Propaganda

A rubrica de publicidade e propaganda tem orçamentado para o ano de 2025 o valor de 24.540 euros, menos 10.209 euros (-29,4%) que o valor orçamentado para o ano de 2024. O valor considerado no orçamento de 2024 foi superior devido a realização de eleições para os Órgãos Sociais.

Vigilância e Segurança

Os gastos referentes a vigilância e segurança em 2025 apresentam um valor de 250.688 euros, apresentando uma redução de 19.609 euros (-7,3%) face ao valor orçamentado no ano de 2024. Do montante total previsto para o ano de 2025, 74.127 euros são atribuídos à sede e auditório de Lisboa, o montante de 67.056 euros para a delegação e auditório do Porto e o valor 106.412 euros para a nova delegação de Braga.

Conservação e reparação

Os serviços especializados de conservação e reparação apresentam em 2025 um valor de 172.720 euros, com uma redução de 108.049 euros (-38,5%) face ao orçamento de 2024. Em relação aos gastos de conservação e reparação das representações salienta-se o edifício Sede e auditório com um valor de 36.000 euros e a delegação do Porto com um valor de 125.000 euros.

Serviços Bancários

Em relação aos serviços bancários prevê-se para o ano de 2025 um gasto de 235.344 euros, menos 15.594 euros (-6,2%) que o valor previsto no orçamento para o ano de 2024, ajustado ao valor real de 2024. O montante total previsto de serviços bancários inclui os valores de maior expressão de 145.208 euros de comissão visa/MBNET e 69.546 euros de comissão MB.



Outros Serviços Especializados

Os outros serviços especializados com um valor previsto para 2025 de 45.569 euros são referentes aos juros líquidos das aplicações financeiras que revertem na sua totalidade para o Fundo de Pensões. Esta rubrica apresenta uma redução de 62.466 euros (-57,9%) face ao valor orçamentado em 2024, com a descida da taxa de juro.

c) Materiais

A rubrica de materiais, incluindo ferramentas e utensílios, livros e documentação técnica, material de escritório e artigos para oferta, apresenta um valor orçamentado para 2025 de 378.826 euros, mais 104.427 euros (+38,1%) que o valor orçamentado para 2024, e refere-se essencialmente aos gastos de agendas e calendários no valor de 126.221 euros, aos gastos com as medalhas comemorativas dos 25 anos de profissão de contabilista certificado com um valor de 82.870 euros, aos gastos com as ofertas do VIII Congresso no valor de 49.999 euros, aos gastos com as ofertas do Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados no valor de 7.910 euros, aos gastos com ofertas da Corrida Solidária no valor de 2.000 euros e aos gastos às ofertas da Festa de Natal a realizar em dezembro de 2025 com um valor de 39.658 euros, sendo quase todo o remanescente referente a material de escritório.

d) Energia e fluídos

Os gastos previstos com o fornecimento de água e eletricidade, de Lisboa e Porto e outras representações da Ordem, e de combustíveis apresentam uma variação de menos 84.908 euros (-26,8%) face ao valor apresentado no orçamento de 2024, sendo o valor previsto para o ano de 2025 de 231.519 euros, tendo em consideração o valor real de 2024.

e) Deslocações, estadas e transportes

Esta rubrica de deslocações, estadas e transportes regista, designadamente, os gastos decorrentes da participação nas diversas formações, eventos e fóruns nacionais e internacionais, bem como outras deslocações dos diversos Órgãos ao serviço da Instituição.

O valor orçamentado para o ano de 2025 é de 402.679 euros, menos 44.492 euros (-9,9%) que o valor orçamentado para o ano de 2024. Estão incluídos nesta rubrica os gastos de deslocações, estadas e transportes dos órgãos sociais no montante de 127.859 euros. Também estão incluídos nesta rubrica o valor de 81.568 euros para as deslocações, estadas e transportes da formação e 38.649 euros para o 7.º Congresso, sendo o remanescente referente a deslocações e estadas de representações internacionais, conferências e outros eventos e transportes dos colaboradores dos vários departamentos ao serviço da Ordem.

f) Serviços diversos

Rendas e alugueres

O valor dos gastos previstos para rendas e alugueres no ano de 2025 é de 1.312.949 euros, com um aumento de 1.014.627 euros (+340,1%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2024, sendo o acréscimo devido essencialmente à realização prevista do 8.º congresso com um valor estimado para aluguer de espaço de 345.001 euros e para aluguer de equipamentos de 611.789 euros.

Nesta rubrica destaca-se ainda o valor dos alugueres de espaços e equipamentos para as reuniões livres de 39.435 euros, e para a formação eventual o valor de 162.100 euros. Destaca-se também o valor referente às instalações das delegações da Guarda, Évora, Portalegre, Bragança, Ponta Delgada e Beja no valor de 51.019 euros.

Comunicação e seguros

O valor previsto para comunicação e seguros, em 2025, é de 4.396.389 euros, com um aumento em relação ao valor previsto no orçamento de 2024 de 499.469 euros (+12,8%).

No que respeita à previsão de gastos com comunicação e seguros, os mesmos incluem as apólices de seguros de responsabilidade civil profissional e de saúde dos membros suportados pela Ordem, bem como os restantes seguros, como sejam, os do ramo automóvel, multirriscos e responsabilidade civil, contratados para o exercício da atividade institucional e a nível da comunicação, o correio normal e editorial, os telefones, a internet e a televisão, os envios de agendas e calendários e do livro da Contabilidade.

Contencioso e Notariado

O montante orçamentado para 2025 em relação a gastos de contencioso e notariado é de 18.000 euros, valor similar ao orçamentado no ano de 2024.

Limpeza, Higiene e Conforto

Relativamente aos gastos de limpeza, higiene e conforto estima-se para o ano de 2025 um valor de 177.850 euros, com um aumento de 1.554 euros (+0,9%) face ao valor orçamentado no ano de 2024. No valor total apresentado referente aos gastos de limpeza, higiene e conforto da sede e representações, a sede e auditório apresentam o valor mais expressivo com 90.729 euros, a representação do Porto apresenta o valor de 50.467 euros e a representação de Braga o valor de 17.339 euros, sendo o valor remanescente afeto às restantes representações da Ordem.

Gastos com o pessoal

Competência, responsabilidade, capacidade de resposta, altruísmo e agilidade, são estas as características comuns a todos os colaboradores da Ordem por forma a que



os vários serviços e departamentos consigam, nas mais variadas áreas, responder a todas as necessidades dos contabilistas certificados e demais interessados.

Neste sentido, como é nosso apanágio, continuaremos atentos, identificando necessidades e agindo prontamente no sentido de reforçar os pontos ou áreas de apoio aos membros que carecem de reforço. Seja em termos de apoio técnico, jurídico, formativo ou pessoal, continuaremos a melhorar e dia após dia, a ajuda da Ordem será sempre mais eficiente e de pronta resposta.

Ao presente Plano de Atividades e Orçamento, apresenta para 2025 a estrutura interna da Ordem constituída por 175 colaboradores, mais 7 colaboradores que o orçamento de 2024 e mais 32 que o orçamento de 2023, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si.

Os gastos com pessoal, que incluem as remunerações e encargos dos colaboradores e órgãos sociais da OCC apresentam um valor de 9.654.116 euros, registando um aumento de 1.343.853 euros (+16,2%) face ao orçamento de 2024.

As remunerações dos Órgãos Sociais orçamentadas para o ano de 2025 têm como base as remunerações aprovadas no dia 3 de julho de 2024, pelo Conselho de Supervisão da OCC nos termos do Regulamento de Remunerações dos Órgãos Sociais da OCC.

Gastos com o Pessoal	euros				
	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Remunerações órgãos sociais	1 007 941	688 320	319 621	46,4%	10,4%
Remunerações do pessoal	6 783 712	6 015 020	768 691	12,8%	70,3%
Encargos sobre remunerações órgãos sociais	207 398	145 187	62 211	42,8%	2,1%
Encargos sobre remunerações do pessoal	1 427 177	1 247 027	180 150	14,4%	14,8%
Seguros de acidente no trabalho	35 451	29 948	5 503	18,4%	0,4%
Gastos de acção social	175 036	167 360	7 676	4,6%	1,8%
Outros gastos com o pessoal	17 400	17 400			0,2%
Total	9 654 116	8 310 263	1 343 853	16,2%	100,0%

Outros Gastos

Outros Gastos	euros				
	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Gastos de depreciação e de amortização	2 434 025	1 662 438	771 587	46,4%	84,0%
Ativos fixos tangíveis	1 276 428	901 573	374 856	41,6%	44,0%
Ativos intangíveis	1 157 597	760 865	396 731	52,1%	39,9%
Perdas por imparidade	84 000	84 000			2,9%
Em dívidas a receber	84 000	84 000			2,9%
Outros gastos	284 240	327 963	-43 723	-13,3%	9,8%
Impostos	49 732	48 752	980	2,0%	1,7%
Donativos		4 800	-4 800	-100,0%	0,0%
Quotizações	234 508	256 411	-21 903	-8,5%	8,1%
Outros		18 000	-18 000	-100,0%	
Gastos de financiamento	95 464	107 910	-12 445	-11,5%	3,3%
Juros de financiamentos obtidos	95 464	107 910	-12 445	-11,5%	3,3%
Total	2 897 729	2 182 311	715 419	32,8%	100,0%

Depreciações e amortizações

As depreciações referentes aos ativos fixos tangíveis apresentam um valor de 1.276.428 euros com um aumento de 374.856 euros (+41,6%) face ao orçamento de 2024. O valor estimado das depreciações tem em consideração os ativos fixos tangíveis atualmente existentes e o investimento previsto para 2025 da delegação de Viana do Castelo, Lisboa e outras delegações de 325.000 euros e equipamento informático no valor de 271.721 euros.

As amortizações de ativos intangíveis apresentam um valor de 1.157.597 euros com um aumento de 396.731 euros (+52,1%) em relação ao valor orçamentado para 2024. O valor estimado das amortizações tem em consideração os ativos intangíveis atualmente existentes, incluindo o valor referente ao investimento previsto para 2025 de novas funcionalidades do desenvolvimento informático do TOConline e novos cursos e tutoriais do CCclix.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade apresentam um valor orçamentado para 2025 no montante de 84.000 euros, similar ao orçamentado em 2024.

Outros gastos

Os «Outros gastos» incluem os impostos (IUC, IMI), os donativos com relevância para as instituições produtoras de eventos relacionados com a atividade profissional, as quotizações para as entidades nacionais e internacionais onde participamos (European Federation of Accountants for SME's (EFAA), Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA), Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM), International Federation of Accountants (IFAC), Edinburgh Group (EG), Instituto Internacional de Custos (IIC), União de Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCALP), Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) e Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES).

Esta rubrica apresenta um valor orçamentado em 2025 no montante de 284.240 euros, menos 43.723 euros (-13,3%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2024, devido sobretudo ao ajustamento da quotização do IFAC.

O valor orçamentado para o ano de 2025 referente a impostos é de 49.732 euros, e o valor estimado para quotizações é de 234.508 euros.

Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento com um montante orçamentado para 2025 de 95.464 euros apresentam uma redução de 12.445 euros (-11,5%) em relação ao valor orçamentado em 2024, face à ligeira quebra das taxas de juro. Os juros de financiamento estão estritamente relacionados com os investimentos realizados de aquisição e remodelação das instalações do Porto e do auditório de Lisboa.



Plano anual de investimentos

euros

Plano anual de investimentos	Orçamento 2025	Orçamento 2024
Ativos fixos tangíveis	596 721	370 917
Edifícios e Outras Instalações	325 000	120 000
Lisboa	115 000	
Delegação Viana Castelo	175 000	120 000
Outras Delegações	35 000	
Equipamento administrativo	271 721	250 917
Equipamento informático	271 721	250 917
Ativos intangíveis	733 341	631 578
CCCLix	21 066	11 928
Desenvolvimento Informático	712 275	619 650
Investimentos em curso	1 481 143	904 040
Investimentos em curso – Ativos Tangíveis	225 000	625 000
Instalações do Porto	75 000	125 000
Instalações de Braga	150 000	500 000
Investimentos em curso – Ativos Intangíveis	1 256 143	279 040
CCCLix	5 400	5 400
Desenvolvimento Informático	300 743	273 640
Modernização Informática DTI	950 000	
Total	2 811 205	1 906 535

No ano de 2025, prevê-se um valor de 325.000 euros de investimento para Lisboa, a delegação de Viana do Castelo e outras delegações.

A nível do equipamento administrativo está previsto a aquisição de equipamento informático no valor de 271.721 euros.

No caso dos ativos intangíveis, está previsto o investimento de 733.341 euros para o desenvolvimento informático de introdução de novas funcionalidades no TOConline (disponibilizando novos módulos), e novos cursos de formação e tutoriais do CCCLix.

Está também previsto o valor de 5.400 euros de ativos intangível em curso para um ciclo novos cursos de formação e tutoriais CCCLix, o valor de 300.743 euros para o desenvolvimento informático de introdução de novas funcionalidades no TOConline e valor de 950.000 euros para modernização informática DTI no âmbito da transformação digital da OCC que é essencial para melhoria dos serviços que presta num mercado cada vez mais dinâmico e orientado pela tecnologia, prevendo-se uma mudança estratégica da Ordem que integra a tecnologia em todas as áreas, promovendo maior eficiência, inovação e agilidade no serviço aos membros.

O investimento em curso das instalações do Porto no valor de 75.000 euros e Braga no valor de 150.000 euros, é referente a todos os encargos iniciais relacionados com os projetos para remodelação das instalações da representação do Porto e construção de estruturas base para a representação em Braga.

Os investimentos previstos são realizados com recurso a fundos patrimoniais próprios da Ordem e serão concretizados na proporção das disponibilidades financeiras correntes existentes.

Tesouraria

O orçamento de tesouraria para 2025 apresenta valores estimados para o período de janeiro a dezembro de acordo com o orçamento previsto e os compromissos previamente assumidos.

Tendo em consideração o valor inicial dos saldos de bancos em 01/01/2025 de 4.288.989 euros, incluindo 3.750.000 euros, referentes a aplicações financeiras, de acordo com o valor do saldo final a 31/12/2024, o valor total previsto de recebimentos de 35.053.543 euros e de pagamentos de 35.084.865 euros, prevê-se um saldo positivo em bancos a 31/12/2025 de 507.668 euros, ao qual acresce o montante de 3.750.000 euros referente às aplicações financeiras, com um total de disponibilidades em caixa e bancos de 4.257.668 euros. O saldo final de 31/12/2024 foi estimado com base no valor real a 31/10/2024 e os valores estimados de novembro e dezembro.

No quadro seguinte apresenta-se o orçamento de tesouraria para o ano de 2025, o montante esperado referente às aplicações financeiras e os valores referentes à ao plafond disponível para utilização, ambos com referência ao ano de 2025.

Desde o início do primeiro mandato, no ano de 2018 o Conselho Diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo da despesa e das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2018, reduzindo o endividamento e, conseqüentemente, o valor dos juros a pagar.

Para o ano de 2025, tal como durante os anos de 2019 a 2024, mantendo a mesma política de boa gestão das despesas com medição da efetiva necessidade em relação aos objetivos definidos no plano de atividades e gestão cada vez mais eficiente dos valores cobrados, não está previsto recorrer a qualquer tipo de financiamento. Apesar disso, e tendo em consideração a premissa de uma gestão prudente e de boa cobertura de qualquer imprevisto extraordinário devido a razões exógenas ou outras análogas, está previsto para o ano de 2025 a manutenção do plafond disponível para utilização de contas caucionadas de 1.250.000 euros do Millennium BCP e do Santander Totta.

A aquisição e remodelação das novas instalações do Porto, inauguradas em março de 2016, teve um valor de investimento de 7.391.066 euros, com recurso a um financiamento junto do BPI de duas tranches de 2.000.000 euros (4.000.000 euros), com um valor em dívida no fim de 2024 de 1.800.000 euros. Uma tranche de 2.000.000 euros foi totalmente amortizada em março 2024 e a segunda será



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

euros

Orçamento de tesouraria	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Acumulado			
	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado				
RECEBIMENTOS	7 925 353	2 124 704	2 421 886	2 691 068	1 643 129	1 747 439	3 747 131	1 412 230	2 549 843	3 349 446	2 182 513	3 258 800	35 053 543	2 127 537	616 154	8 837	411 914	1 490 254	1 490 254	457 571	626 478	1 464 579	812 034	1 375 681	902 295	894 369	11 834 654	
Quotas Recebidas																												
Ações Formação	9 374	8 837	411 914	4 424	3 659	2 591	430 223	0	374 396	541 681	9 319	409 587	2 206 005															
Outras Receitas	2 175 242	1 419 602	1 248 264	1 139 374	1 111 536	1 056 312	1 778 475	969 479	1 303 240	1 356 258	1 191 878	1 800 286	16 549 945															
Fundo de Pensões	67 732	80 112	63 117	57 017	70 364	62 058	73 854	73 641	60 173	75 826	79 021	154 559	917 472															
PAGAMENTOS	5 780 678	2 223 169	2 645 238	2 333 139	2 076 459	2 450 449	3 142 326	1 945 150	4 144 390	2 212 736	2 562 946	3 568 184	35 084 865	284 402	284 415	284 415	334 586	304 411	304 411	304 411	472 802	304 390	310 272	305 207	3 997 907			
Seguros																												
Fornecedores C/C	655 028	705 671	1 000 908	806 323	570 012	613 416	1 349 601	479 887	2 673 396	611 678	627 360	1 543 787	11 637 066															
Fornecedores de Investimentos	105 907	105 907	105 907	105 907	105 907	105 907	105 907	105 907	105 907	105 907	105 907	295 907	1 460 881															
Recursos Humanos/SS/RS/FCT	836 468	663 156	697 389	676 740	663 759	1 071 594	827 847	664 755	659 521	656 088	1 096 954	1 008 224	9 522 494															
Impostos	199 316	248 782	428 372	284 615	232 360	232 068	242 770	190 232	273 350	175 939	210 212	196 260	2 914 275															
Pagamentos diversos	21 500	21 500	21 500	21 500	21 500	21 500	21 500	21 500	21 500	21 500	21 500	21 500	258 000															
Membros - Fundo Social	11 209	11 209	11 209	11 209	11 209	11 209	11 209	11 209	11 209	11 209	11 209	11 209	134 503															
Entregas Fundo Pensões	113 200	80 112	63 117	57 017	70 364	62 058	73 854	73 641	60 173	75 826	79 021	154 559	962 940															
Financiamentos	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	365 990															
Outros Gastos Financeiros	45 372	27 475	24 144	26 968	21 994	20 212	28 560	18 660	26 668	41 931	25 569	330 809																
BALANÇO MÊS	2 144 675	-98 465	-223 352	357 928	-433 330	-703 011	604 805	-532 920	-1 594 547	1 136 711	-380 433	-31 322																
Saldo inicial a 01/01/2025:																												
538 989																												
ACUMULADO MÊS	2 683 664	2 585 199	2 361 848	2 719 776	2 286 446	1 583 436	2 188 241	1 655 321	60 774	1 197 484	817 051	507 668																
Bankinter	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000															
CGD	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000															
TOTAL caixa + dep. bancários	6 433 664	6 335 199	6 111 848	6 469 776	6 036 446	5 333 436	5 938 241	5 405 321	3 810 774	4 947 484	4 567 051	4 257 668																
Plafond disponível para utilização:																												
Banco Comercial Português	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000															
Santander	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000															
Disponibilidade	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000															

amortizada até ao ano de 2031. Durante o ano de 2025 está prevista a amortização de 266.667 euros, sendo o montante em dívida no fim de 2025 de 1.533.333 euros.

Para aquisição e remodelação do novo auditório de Lisboa, na Avenida Defensores de Chaves, foi realizado um investimento de 4.709.382 euros, pelo que foi necessário recorrer a um financiamento no BPI no montante de 2.225.000 euros em 2014 com um prazo de 17 anos, que termina em 2031. O montante em dívida no final de 2024 é de 1.595.954 euros sendo o montante amortizado em 2025 de 99.323 euros, pelo que o valor previsto em dívida no final de 2025 será de 1.496.631 euros.

As instalações adquiridas para a casa OCC de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, com um valor de investimento até ao momento de 1.496.628 euros, tiveram um financiamento do BPI aprovado para sua aquisição no montante de 675.000 euros, com amortização até 2031. Em outubro de 2023 foi realizada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho.

De acordo com o orçamento de tesouraria o valor estimado da dívida em 31 de dezembro de 2025 é 3.029.964 euros, com uma amortização acumulada dos financiamentos do período 2018 a 2025 no valor de 7.150.887 euros, que corresponde a uma amortização de 70,2% do montante em dívida em 31 de dezembro de 2017.



Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa do período findo em 31/12/2025

euros

Rubricas	Previsional 31/12/2025	Previsional 31/12/2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e membros	30 499 777	25 727 185
Pagamentos a fornecedores	-15 634 973	-12 499 772
Pagamentos ao pessoal	-9 522 494	-8 225 326
Caixa geradas pelas operações	5 342 311	5 002 087
Outros recebimentos/pagamentos	-3 496 766	-3 097 412
Fluxos das atividades operacionais (1)	1 845 545	1 904 675
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-727 540	-1 639 118
Ativos Intangíveis	-733 341	-631 578
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Juros e rendimentos similares	45 469	131 420
Fluxos das atividades de investimento (2)	-1 415 412	-2 139 276
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos de depósitos bancários	-365 990	-365 990
Juros e gastos similares	-95 464	-111 730
Financiamentos obtidos de locação financeira		
Fluxos de atividades de financiamento (3)	-461 454	-477 720
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-31 322	-712 322
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 288 989	5 001 311
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 257 668	4 288 989

Balanço Previsional em 31/12/2025

euros

Rubricas	Previsional 31/12/2025	Previsional 31/12/2024
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	21 169 850	21 624 557
Bens do património histórico e cultural	303 328	303 328
Ativos Intangíveis	3 304 226	1 581 272
Outros créditos e ativos não correntes	30 625	30 625
Subtotal	24 808 029	23 539 783
Ativo corrente		
Inventários	24 947	26 171
Créditos a receber	7 236	8 064
Estado e outros entes públicos	74 159	74 159
Membros	1 526 742	1 790 119
Diferimentos	1 588 787	1 671 657
Ativos não correntes detidos para venda	1 500 285	1 500 285
Outros ativos correntes	190 361	111 944
Caixa e depósitos bancários	4 257 668	4 288 989
Subtotal	9 170 185	9 471 387
Total do ativo	33 978 214	33 011 170
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	23 793 911	23 706 652
Resultados transitados		
Reservas fundo de solidariedade social	250 000	250 000
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Subtotal	24 063 911	23 976 652
Resultado líquido do período	912 261	87 258
Total dos fundos patrimoniais	24 976 172	24 063 911
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos	2 663 975	3 096 631
Subtotal	2 663 975	3 096 631
Passivo corrente		
Fornecedores	651 976	322 625
Estado e outros entes públicos	505 999	236 919
Financiamentos obtidos	365 989	299 323
Diferimentos	3 568 302	3 757 259
Outros passivos correntes	1 245 801	1 234 503
Subtotal	6 338 067	5 850 628
Total do passivo	9 002 042	8 947 259
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	33 978 214	33 011 170



Demonstração Previsional dos Resultados por Naturezas

Demonstração Previsional dos resultados por naturezas	Orçamento 2025	Orçamento 2024	Previsional 2024	Orçamento Variação	Orçamento Variação %
Vendas e serviços prestados	27 943 291	22 161 311	22 416 077	5 781 979	26%
Trabalhos para a própria entidade	891 066	922 796	507 001	-31 730	-3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 225	-2 909	-1 513	1 684	-58%
Fornecimentos e serviços externos	-15 246 276	-12 355 000	-12 710 236	-2 891 276	23%
Gastos com o pessoal	-9 654 116	-8 310 263	-8 454 356	-1 343 853	16%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-84 000	-84 000	-27 782	0	0%
Outros rendimentos	67 911	87 922	72 475	-20 010	-23%
Outros gastos	-284 240	-327 963	-306 569	43 723	-13%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 632 412	2 091 894	1 495 097	1 540 518	74%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-2 434 025	-1 662 438	-1 498 888	-771 587	46%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 198 387	429 456	-3 791	768 931	179%
Juros e rendimentos similares obtidos	78 418	149 910	202 126	-71 492	-48%
Juros e gastos similares suportados	-95 464	-107 910	-111 077	12 445	-12%
Resultado antes de impostos	1 181 341	471 456	87 258	709 885	151%
Imposto sobre o rendimento do período	-269 080	-4 346	0	-264 734	6092%
Resultado líquido do período	912 261	467 110	87 258	445 151	95%

Conforme demonstração previsional dos resultados por naturezas apresentada, prevê-se que o resultado líquido do período do ano de 2025 ascenda a 912.261 euros.

Aprovado em reunião de Conselho Diretivo de 26 de novembro de 2024.

Bastonária

Paula
Franco

XIV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2025

Nos termos das disposições estatutárias, designadamente do disposto na alínea c) do art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, compete ao Conselho Fiscal (CF) emitir parecer sobre o orçamento da Ordem apresentado pelo Conselho Diretivo sob a designação de Plano de Atividades e Orçamento 2025 (doravante apenas 'PAO 2025').

O PAO 2025 assenta nas opções estratégicas do CD, apresentadas no ponto X e que se sistematizam nos seguintes em três vetores: "Combater o envelhecimento e retenção na profissão e aproveitar o grande número de candidatos e novos membros", "Promover o desenvolvimento e contínuo reconhecimento da profissão" e "Adotar novos mecanismos de regulação". Entre o mais, o PAO2025 inclui as atividades e projetos previstos realizar pelo CD em 2025, bem como os Mapas previsionais de rendimentos (totalizando 28.980.686 euros) e de gastos (totalizando 27.799.346 euros), o Plano anual de investimentos, o Balanço previsional em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 33.978.214 euros e um total dos fundos patrimoniais de 24.976.172 euros, incluindo um resultado líquido do período de 912.261 euros), a Demonstração previsional dos resultados por naturezas, a Demonstração previsional dos fluxos de caixa e o Orçamento de tesouraria, todos referentes ao período de 2025.

Para a concretização dos vetores estratégicos mencionados, encontra-se previsto um plano operacional, contemplando um conjunto de medidas e ações a realizar, as quais se concretizam nas estimativas económico-financeiras apresentadas.

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos.

O trabalho que efetuámos, tendo em vista aferir se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes, incluiu a realização de indagações destinadas a avaliar a razoabilidade da apresentação da informação previsional e a execução de procedimentos de inspeção e recálculo de mapas de suporte.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do Parecer sobre o PAO 2025.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada



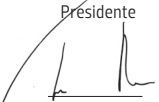

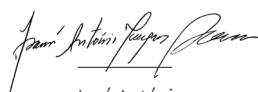
chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável relativamente àquela informação e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela Ordem.

Por fim, advertimos que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que as quantias reais poderão vir a ser diferentes das previstas e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Face ao exposto, o CF dá parecer favorável à aprovação pela Assembleia Representativa do PAO para o período de 2025 apresentado pelo CD.

Lisboa, 27 de novembro de 2024.

O conselho fiscal

Présidente	Vogal	ROC
		
Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes	Ráquel Vandra da Mota Pinto	José António Marques Pereira



Ordem dos Contabilistas Certificados

Avenida Barbosa du Bocage, 45 • 1049-013 Lisboa

Tel. 217 999 700 | Fax. 217 957 332

www.occ.pt | geral@occ.pt